



# Tesouro capta US\$ 2,25 bilhões no exterior com juros mais altos

## PGR envia ao Supremo mais 203 denúncias sobre atos golpistas

Página 14

## SP acerta cooperação com ONG para levar desenvolvimento social e urbano para favelas

Página 2

### Prêmio literário para mulheres é lançado no Planalto

O governo federal lançou na quarta-feira (5) o Prêmio Carolina Maria de Jesus de Literatura Produzida por Mulheres 2023. O edital prevê a seleção de 40 obras escritas exclusivamente por mulheres no valor de R\$ 50 mil por agraciada, totalizando R\$ 2 milhões.

Pelo menos 20% das obras selecionadas deverão ser escritas por mulheres negras. Cotas para autoras indígenas, quilombolas, ciganas e com deficiência também estão previstas. Os gêneros literários aceitos serão conto, crônica, romance, quadrinho e roteiro de teatro. As inscrições deverão ser realizadas no site da Ministério da Cultura de 12 de abril a 10 de junho.

O evento, que reuniu autoridades e classe artística no Palácio do Planalto, contou com a presença da ministra da Cultura, Margareth Menezes, e do ministro chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e a professora Vera Eunice de Jesus, filha da escritora Carolina Maria de Jesus, também estiveram presentes.

“Quando reverenciamos a memória de Carolina Maria de Jesus, estamos dando um passo para o futuro, para a construção de um país com mais civilidade”, afirmou a ministra da cultura Margareth Menezes durante a cerimônia.

Para Márcio Macêdo, o lançamento do edital é um “símbolo de novos tempos” e vai ao encontro do compromisso assumido pelo Governo Federal de restabelecer políticas públicas de inclusão voltadas às mulheres e à igualdade racial. “Meu desejo hoje, para além do sucesso do edital, é que escritoras negras tenham acesso”, afirmou Anielle Franco.

O prêmio é uma ação da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura e tem o intuito de fomentar atividades relacionadas à promoção da literatura brasileira produzida por mulheres. Valorizar autoras nacionais e dar visibilidade a obras inéditas também estão entre os objetivos do edital. A premiação procura atender aos princípios e diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE). (Agência Brasil)

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,04
Venda:	5,04
Turismo	
Compra:	5,15
Venda:	5,25
EURO	
Compra:	5,50
Venda:	5,50

## Governo promete medidas para promover cultura de paz após ataque em creche



Foto/Antonio Cruz/ABR

Página 14

## Bolsonaro depõe à Polícia Federal por três horas sobre joias sauditas

O ex-presidente Jair Bolsonaro prestou depoimento na quarta-feira (5) por cerca de três horas na sede da Polícia Federal (PF), em Brasília.

Durante o período em que ficou

frente a frente com os delegados responsáveis pelo caso, Bolsonaro foi questionado sobre os kits de joias recebidos do governo da Arábia Saudita em visita oficial ao país durante seu mandato.

Página 14

## Petrobras afirma manter prática de “preços competitivos”

Em nota divulgada na quarta-feira (5) à imprensa, a Petrobras reafirmou o compromisso com a “prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado

nacional”, evitando o repasse imediato de volatilidades externas, provocadas por agentes conjunturais, bem como de oscilações da taxa de câmbio.

Página 3

## Esporte

# Granado melhora recorde de Barcelona em 0s5 em segundo dia de teste

O segundo de três dias de testes da MotoE no circuito de Barcelona-Catalunya teve mais uma vez o comando do brasileiro Eric Granado. O piloto da LCR E-Team melhorou em mais de 0s5 a marca cravada na última segunda-feira, que já era o recorde da pista espanhola. Na segunda sessão dos testes, o atual vice-campeão mundial da MotoE marcou na melhor de suas passagens o tempo de 1min47s679, abaixo do melhor tempo feito por ele no primeiro dia (1min48s288). As duas marcas já são mais

velozes que o antigo recorde do circuito, (1min50s769), registrado também por Eric no GP da Catalunya de 2021.

Mesmo com o cronômetro mostrando o bom trabalho, Granado ainda é cauteloso e prevê muito trabalho nesta quarta-feira, quando a MotoE realiza seu último teste de pré-temporada.

Balanço positivo - “Foi mais um dia muito bom”, disse Eric, recordista de vitórias e poles na MotoE. “Demos bons passos com relação à sensação de pilotagem hoje. Tentamos muitas coisas na geometria e nos pneus para entender a melhor maneira



Foto/Lz Photos/Media

Granado em ação na Espanha: brasileiro melhorou o próprio recorde

para conservar bem os pneus para o fim da corrida. Apesar de as corridas serem curtas, isso é muito importante, porque principalmente em uma pista como Barcelona, usamos muito os pneus.”

“Ainda precisamos trabalhar mais na moto e no meu estilo de guiada. Temos outro dia amanhã, então estou ansioso para seguir treinando para preparar a temporada da melhor maneira possível.”

O mundial de MotoE tem início marcado para o GP da França, nos dias 12 e 13 de maio.

# Turismo Nacional fecha primeira etapa com corridas empolgantes em Goiânia

O segundo dia de abril marcou o desfecho da primeira etapa da temporada 2023 do Turismo Nacional. Repaginada neste ano com a adoção de novo pacote técnico, com motores mais potentes e câmbio paddle-shift, a categoria dos carros mais vendidos do Brasil manteve sua essência e entregou mais duas corridas bastante emocionantes neste domingo no Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia.

Juninho Berlanda venceu mais uma prova pela manhã com seu Toyota Yaris, mas não conseguiu manter os 100% de aproveitamento no fim de semana: a bordo do Chevrolet New Onix, Gui Sirtoli faturou a última corrida do dia na categoria A. Na B,

Augusto Freitas conquistou o topo do pódio nas duas disputas de um dia bastante quente no Planalto Central.

As provas de domingo — Com a segunda melhor volta da primeira classificação de sexta-feira, Juninho Berlanda largou na frente e partiu para dar sequência a uma jornada até então perfeita em Goiânia. O catariense foi seguido por Pablo Alves e Gui Sirtoli, enquanto Augusto Freitas era o melhor colocado na categoria B.

Berlanda conseguiu abrir boa vantagem logo no início, mas a corrida teve grandes disputas no meio do pelotão, com direito a uma bela batalha entre Ewerson Dias, Augusto Freitas e Célio Vinícius. Os três andaram lado a lado no fim da reta principal. Pouco depois, Fabrício Lançoni

e Faruk Araújo enfrentaram problemas e abandonaram a prova.

Juninho Berlanda disparou na frente e partiu para a quinta vitória do fim de semana. Nas voltas finais, a disputa pelo segundo lugar foi intensa entre Pablo Alves e Gui Sirtoli. Mas ao fim de 13 voltas, a ordem dos três primeiros foi mantida, com Berlanda em primeiro, Pablo Alves em segundo e Gui Sirtoli fechando o top-3. Quarto colocado no geral, Augusto Freitas foi o melhor da B e Ewerson Dias ficou em primeiro na Sênior.

A prova final da etapa de abertura do campeonato teve Gui Sirtoli na pole, enquanto Berlanda teve de sair do fim do grid, em uma quase repetição do que foi a corrida 3, disputada no sábado. Juninho conseguiu ganhar mui-

tas posições e alcançou o casacavelense, com quem lutou pela vitória nas últimas voltas.

Mas diferente do que aconteceu um dia atrás, desta vez Sirtoli resistiu à pressão do catariense e manteve a ponta para vencer pela primeira vez na temporada. Berlanda terminou em segundo, com apenas 0s347 de diferença para o ponteiro, enquanto Pablo Alves garantiu mais um top-3 na etapa. Augusto Freitas faturou mais uma na B, enquanto Ewerson Dias completou o fim de semana invicto na classe Sênior, destinada a pilotos acima de 54 anos.

“Uma disputa muito limpa” — Sirtoli destacou o esforço e o trabalho feito com a equipe para se defender e fechar a etapa com vitória na categoria A. “Aproveitei o início da corrida

para abrir distância. Sabia que eles viriam muito rápido e sabia como segurá-los. O Luciano [coach] me ajudou muito no rádio também, e por isso consegui me defender”, disse.

“Fiz uma boa corrida, uma exibição bem bacana. Foi uma prova muito suada, de muita pressão. Foi uma disputa muito limpa com o Juninho, e parabéns a ele também”, complementou o piloto ao elogiar a disputa travada com Berlanda.

A Turismo Nacional volta a acelerar em 28 de maio, em um dos autódromos mais tradicionais do automobilismo brasileiro: Tarumã, em Vião (RS), região metropolitana de Porto Alegre, receberá a segunda etapa da temporada 2023.

# 130 mil pessoas devem sair da cidade de ônibus no feriado de Páscoa

Cerca de 130 mil pessoas devem embarcar pelos três terminais rodoviários de São Paulo na saída para o feriado de Páscoa, entre quinta-feira (6) e sexta-feira (7), segundo estimativa da Socicam, concessionária responsável pela gestão dos terminais Tietê, Barra Funda e Jabaquara.

Os destinos mais procurados são Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Rio de Janeiro, Sul de Minas, litoral e interior de São Paulo. Serão disponibilizados 655 ônibus extras para atender a demanda de passageiros nesses dois dias.

Durante todo o feriado prolongado, até segunda (10), a previsão é de mais 496 mil passageiros saindo e chegando à cidade pelos terminais rodoviários.

A concessionária recomenda que, caso não seja possível comprar a passagem online, o

passageiro entre em contato com a empresa de ônibus para checar a disponibilidade de passagens e opções de datas e horários antes de se deslocar ao terminal rodoviário.

Além disso, se apresentar algum sintoma relacionado à covid-19, a recomendação é remarcar a viagem. O passageiro rodoviário tem prazo de até um ano para remarcação da data da passagem.

## Rodovias

Mais de 2,6 milhões de veículos devem seguir para o litoral e interior pelas estradas paulistas sob gestão da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), neste feriado de Páscoa, de 7 a 9 de abril.

Nas principais rodovias de

saída da capital paulista operadas por concessionárias, a previsão é receber mais de 1,9 milhão de veículos. Já pelas rodovias administradas pelo DER, há expectativa de tráfego de mais de 775 mil veículos.

A previsão é de aumento no fluxo de veículos a partir das 15h da quinta-feira (6) nos sentidos do litoral e do interior. No retorno, no domingo (9) a previsão é de tráfego intenso durante todo o dia.

No Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI) são esperados até 310 mil veículos que devem seguir para o litoral sul pelas rodovias Anchieta (SP-150) e Imigrantes (SP-160). Os horários de maior fluxo devem ocorrer a partir da quinta-feira (6), das 12h até as 2h de sexta-feira (7), e depois das 7h às 14h, sentido litoral. No retorno, o movimen-

to deve aumentar no domingo (9) a partir das 9h e continuar durante todo o dia.

Na Rodovia dos Tamoios (SP-098), cerca de 124 mil veículos devem trafegar pela via entre a quinta-feira (6) e a segunda-feira (10) de abril.

Para o Corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto (SP 070), a estimativa é que até 480 mil veículos passem pelas quatro praças de pedágio do sentido interior. O aumento do fluxo deve ocorrer a partir das 6h de quinta-feira (6) até por volta de 16h da sexta-feira (7), no sentido do interior. No retorno, o fluxo de veículos deve aumentar no sábado (8), a partir das 15h até as 21h e no domingo (9), das 9h até o fim da noite.

No Sistema Anhanguera-Bandeirantes, a concessionária CCR AutoBAN prevê fluxo de

476 mil veículos, entre saída e chegada à capital, no período entre sexta-feira (7) e domingo (9). Os horários com previsão de maior movimento são sexta-feira, das 9 às 13 horas, no sentido interior, e sentido capital, das 12 às 20 horas de domingo.

No Sistema Castello Branco-Raposo, a concessionária CCR ViaOeste estima fluxo de 536 mil veículos durante a Operação Páscoa, de quinta-feira (6) até domingo (9). Na quinta-feira, a previsão é que o movimento seja maior das 16 às 20 horas. Na sexta-feira, o fluxo deve ser intenso das 7 às 12 horas. No retorno, deve ocorrer maior concentração de veículos no sentido capital no domingo, das 11 às 20 horas.

O trecho oeste do Rodoanel deve receber mais de 1 milhão de veículos de quinta-feira até

domingo. Os horários de fluxo mais intenso estão previstos para quinta-feira, das 15 às 20 horas. Já pelo trecho Sul do Rodoanel Mário Covas devem circular 276 mil veículos e pelo trecho Leste 118 mil, com maior fluxo na sexta-feira, das 9h às 13h; sábado, das 9h às 13h e domingo das 9h às 22h.

Entre as rodovias administradas pelo DER, estão a Rodovia Manoel Hyppolito Rego (SP-055), com previsão de movimentação de 129.301 veículos; Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP- 055), 212.458 veículos; Rodovia D. Paulo R. Loureiro (SP-098)-Mogi-Bertioga, 61.214 veículos; Rodovia Oswaldo Cruz (SP-125), 41.909 veículos; e Rodovia Raposo Tavares (SP-270), 330.832 veículos. (Agência Brasil)

## SP acerta cooperação com ONG para levar desenvolvimento social e urbano para favelas

O Governo de SP acertou uma cooperação para construir medidas que levem desenvolvimento social e urbano para as favelas do estado. Na quarta-feira (5), o governador Tarcísio de Freitas formalizou protocolo de intenções com a ONG Gerando Falcões para incorporar ações do projeto Favela 3D no Estado por meio de políticas públicas estaduais.

O Favela 3D envolve a implementação de ações interdisciplinares em favelas, por meio de parcerias com instituições privadas e entes públicos estaduais e municipais, além do envolvimento das comunidades locais.

“Estamos focados em construir as pontes para o futuro, as pontes para a oportunidade. E, agora, com o Favela 3D, estamos percebendo que podemos transformar a favela, de fato, em um local de prosperidade. Vamos tornar o Favela 3D no maior programa brasileiro de erradicação da pobreza, de emancipação, de transformação desse espaço, que é tão rico”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas.

A parceria entre o Governo de SP e a Gerando Falcões envolve a construção conjunta de uma política pública para atuar na redução da desigualdade so-

cial no Estado de São Paulo, voltada, especialmente, para os núcleos urbanos informais. Os principais pilares da nova política serão a provisão de moradia digna e desenvolvimento urbano e socioeconômico para a superação da pobreza nesses territórios.

Além disso, a política proposta será como eixos a provisão de serviços públicos de habitação e urbanismo; geração de renda; desenvolvimento social e digital; cultura, esporte e lazer; primeira infância; cidadania e cultura de paz; acesso à saúde; autonomia da mulher; e educação.

O acordo será válido por 180 dias, podendo ser prorrogado pelos signatários. Não haverá transferência de recursos entre as partes e as atividades serão prestadas em regime de cooperação mútua. O extrato do protocolo de intenções será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nos próximos dias.

A secretária de Cultura e Economia Criativa, Marília Marton, e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, também estiveram presentes ao ato, no Memorial da América Latina, na capital paulista.

## Polícia Civil prende um dos maiores invasores de apartamentos de SP

Agentes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) prenderam quatro pessoas por furto a residência, na zona Central de São Paulo. Um deles é apontado como um dos maiores invasores de apartamentos da capital.

As prisões em flagrante de três homens e uma mulher foram feitas por policiais da 4ª

Delegacia de Investigações sobre Furtos e Roubos a Condomínios e Residências (DISC-CPAT-DEIC), na última terça-feira (4). Os quatro foram autuados por furto qualificado e associação criminosa.

Os policiais civis também apreenderam grande quantidade de joias que haviam sido roubadas de uma residência em São

Caetano do Sul. A investigação também avalia ação da quadrilha em pelo menos seis outros arrabaldamentos.

Durante as investigações, os policiais descobriram que a mulher era responsável por convencer os porteiros a liberarem a entrada nos condomínios. A Polícia Civil também identificou que a quadrilha estava reu-

nida na região da Praça da Sé e que tinha como objetivo encontrar um receptor para repassar objetos furtados.

A equipe do DEIC interceptou os quatro envolvidos na Rua Barão de Paranapiacaba. Eles confessaram a invasão, horas antes, do imóvel em São Caetano do Sul. A vítima foi localizada e recuperou as joias subtraídas.

## Governo investe R\$ 29 milhões para fornecer água para 30 mil pessoas em São Sebastião

Foram iniciadas na quarta-feira (5) as obras de implantação do sistema de abastecimento de água para atender 30 mil pessoas nos bairros Barra do Sahy, Baleia e Camburi/Camburizinho, em São Sebastião. O investimento do Governo de SP, por meio da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), é de R\$ 29 milhões.

O empreendimento é parte dos esforços do Governo de São Paulo para reconstruir o Litoral Norte após as fortes chuvas e consequentes deslizamentos que aconteceram no Carnaval. A previsão é que todo o sistema

seja concluído até dezembro deste ano.

“Desde que houve o desastre, foi feito um esforço conjunto envolvendo várias áreas do Governo de SP e iniciativa privada, para uma pronta resposta e o restabelecimento dos serviços essenciais. Agora, estamos verificando os gargalos e traçando ações que sejam estruturantes, sustentáveis para a sociedade”, afirmou a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende.

O novo sistema de abastecimento de água vai aumentar a cobertura do serviço em

São Sebastião dos atuais 76% para 97%.

“O início dessas obras comprova a nossa disposição para avançarmos no compromisso de antecipação da universalização do fornecimento de água, independentemente de onde estejam os usuários, já que a água é um bem para todos”, disse o diretor-presidente da Sabesp, André Salcedo.

Serão construídas estruturas de abastecimento de água com cinco reservatórios, 68 quilômetros de adutoras e redes, estações elevatórias, seis boosters (equipamentos de pressão), além de dois poços profundos

para o abastecimento da região do Sertão de Camburi, com capacidade de 15 l/s. Também haverá uma estação de tratamento de água (ETA) para a produção de 50 l/s para o abastecimento da Vila Sahy, Barra do Sahy, Baleia e Camburi Praia.

### Atendimento emergencial

Desde as primeiras ocorrências de desastres no Litoral Norte, a Sabesp tem disponibilizado caminhões-tanque para abastecer todas as regiões de São Sebastião – mesmo as que não são operadas pela Companhia. São cerca de 140 mil litros distribuídos diariamente.

## Máscara deixa de ser obrigatória na área de saúde na capital paulista

O uso de máscaras faciais para evitar a covid-19 deixou de ser obrigatório em locais que prestam serviços de saúde e hospitais da cidade de São Paulo. A informação foi dada no início da noite de terça-feira (4) pela Secretaria Municipal da Saúde.

De acordo com a secretária, a medida pôde ser tomada por

causa da alta cobertura vacinal contra a covid-19 na população paulistana.

A decisão da prefeitura foi anunciada logo após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter soltado uma nota técnica flexibilizando o uso de máscara em hospitais de todo o país. Segundo a Anvisa, a mudan-

ça foi possível após o número de casos e de mortes por covid-19 ter se reduzidos no país.

Apesar de não ser mais obrigatória, a prefeitura de São Paulo continua recomendando o uso de máscara principalmente nos casos em que a pessoa suspeite estar com covid-19 ou esteja com a doença confirmada.

O uso também é recomendado para pessoas que tenham mantido contato próximo com alguém que foi diagnosticado com a doença e também para os profissionais de saúde responsáveis pela triagem dos pacientes, além de visitantes e acompanhantes em áreas de internação.

Lembre sempre de lavar as mãos

**CESAR NETO**

www.cesameto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Vereadores(as) da bancada cristã (tanto católicos como evangélicos) estão em sintonia com os significados da páscoa atribuídos ao ministério de Jesus (o Cristo) ? Afinal, representam milhões de cristãos

### PREFEITURA (São Paulo)

Quando o prefeito Nunes (MDB) nem sonhava ser vereador, o então deputado federal Izar achou que seria candidato do Maluf e pintava muros “Vamos Humanizar SP”. Em 1996, o candidato malufista foi Pitta

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

Se há problemas com a FUNDAC, que venceu licitação para seguir administrando a comunicação da rede Alesp (tv etc.), isso não tem nada a ver com o funcionalismo de carreira, com destaque pra Procuradoria

### GOVERNO (São Paulo)

Embora 100 dias de governo sejam muito pouco em relação a possíveis 8 anos de gestão, no caso do Tarcísio (Republicanos) suas ações no caso do litoral norte lhe dão certa vantagem sobre os demais governadores

### CONGRESSO (Brasil)

Estão oficialmente convidados pra compor a comitiva à China, o senador-presidente Pacheco (PSD do ex-prefeito paulista no Kassab) e o deputado-presidente Lira (PP do Ciro Nogueira). Eles tão podendo ...

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Recuperado da pneumonia, Lula (PT) vai pra China com esperança de - na volta - fechar de vez os acordos pra ter votos necessários no Congresso. Agora, os lobbys têm ‘bloquinhos’ dentro dos ‘blocões’

### PARTIDOS (Brasil)

Convites de Lula pra parlamentares que poderão acompanhar a caravana que será recebida por Xi Jinping inclui PSD, PP, MDB, PSDB, Cidadania, Patriota e até o Republicanos. Os demais não são oposição

### JUSTIÇAS (Brasil)

O ex-presidente Bolsonaro (PL) fez o que tinha que ser feito. Depoimento na Polícia Federal, sobre o caso envolvendo presentes (jóias de grande valor) recebidos do governo saudita. Pode complicar ...

### HISTÓRIAS

Profissionais do Direito e do Poder Judiciário cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulista, paulista e brasileira)

### (São Paulo)

O jornal “O DIA” completou - dia 5 abril 2023 - 90 anos. Embora tenha surgido num contexto de pós-guerra civil (Revolução paulista 1932), é hoje instrumento das Éticas de Deus e do Cristo Jesus

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação  
AZ Editores de Jornais,  
Livros, Revistas Ltda  
Viaduto 9 de Julho, 180  
1º andar - Sala 12  
CEP: 01050-060  
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC  
  
Publicidade Legal  
Atas, Balanços e  
Convocações  
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável  
Maria Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

# Presidente do BC diz que arcabouço fiscal evita descontrolado da dívida

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse na quarta-feira (5) que o arcabouço fiscal anunciado na semana passada vai evitar descontrolado da dívida pública. “O que foi feito até agora elimina o risco de cauda para aqueles que achavam que a dívida poderia ter uma trajetória mais explosiva”, disse ao palestrar em um evento promovido pelo banco Bradesco, na capital paulista.

Neto disse que tem uma avaliação “superpositiva” das novas regras que devem substituir o teto de gastos e que reconhece o “esforço” da equipe econômica do governo federal.

O presidente da autoridade monetária ponderou, no entanto, que ainda é preciso saber se o texto passará por alterações no Congresso Nacional. “Eu acho que tem uma certa ansiedade ainda na parte das receitas, e a gente precisa observar como vai tramitar no Congresso”, acrescentou.

A nova regra fiscal limitará o crescimento da despesa a 70% da variação da receita dos 12 meses anteriores. O novo arcabouço combinará um limite de despesa mais flexível que o teto de gastos com uma meta de resultado primário (resultado das contas públicas sem os juros da dívida pública).

Dentro desse percentual de 70%, haverá um limite superior e um piso, uma banda, para a oscilação da despesa, com desconto do efeito da inflação.

Em momentos de maior crescimento da economia, a despesa não poderá crescer mais de 2,5% ao ano acima da inflação. Em momentos de contração econômica, o gasto não poderá crescer mais que 0,6% ao ano acima da inflação.

Em outro evento, promovido pela Esfera Brasil, Campos Neto disse que a inflação no Brasil, que tem dificultado a queda na taxa básica de juros, tem parte da sua origem em um au-

mento da demanda por produtos. “A gente tem a linha de serviços voltando, o consumo de serviços voltou para a linha de tendência. Mas o de bens, não. Ele está muito acima da linha de tendência. Você teve um deslocamento da demanda de bens que foi estrutural”, analisou.

Segundo ele, essas pressões inflacionárias acabam se refletindo em outras áreas, como no mercado de energia. “Se eu tenho um aumento na demanda de bens que é estrutural, eu também tenho um aumento na demanda de energia que é estrutural. Porque para o mesmo valor agregado de bens, eu consumo quase cinco vezes mais energia do que de serviços”, disse.

O presidente do Banco Central atribuiu, em parte, esse movimento aos benefícios concedidos para conter os efeitos da pandemia de covid-19 sobre a economia. “Foi colocado muito dinheiro em circulação através

de benefícios monetários e fiscais. Só de fiscais foram R\$ 9 trilhões em uma economia de R\$ 80 trilhões, mais de 10%”, ressaltou.

Campos Neto defendeu a política monetária, que tem mantido a taxa básica de juros em um patamar elevado para conter a inflação. “A gente tenta suavizar o ciclo. A gente olha para frente. A gente entende que os juros altos causam esses impactos na parte produtiva. A gente tenta suavizar isso, porque o nosso trabalho é fazer isso na forma que cause o mínimo de dano possível a economia”, destacou.

De acordo com ele, apesar das dificuldades causadas na economia no momento, a política monetária evita problemas maiores no futuro. “O custo de combater a inflação é muito alto e é sentido a curto prazo. O custo de não combater é muito mais alto e é muito mais nocivo e mais perene.” (Agência Brasil)

## Índice de Variação de Aluguéis Residenciais sobe 0,97% em março

O Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR) subiu 0,97% em março. O resultado significa nova desaceleração em relação à taxa mensal do mês anterior, quando registrou 1,06%. Após o percentual de março, o acumulado em 12 meses avançou de 8,73% em fevereiro para 8,90% no mês seguinte.

Nas quatro cidades em que é pesquisado o IVAR, apenas Porto Alegre teve comportamento diferente na passagem de fevereiro para março. Na capital gaúcha, a taxa saiu de -4,71% para -1,67%. Nos demais municípios, houve desaceleração: São Paulo (de 2,10% para 0,74%), Rio de Janeiro (de 3,11% para 2,50%) e Belo Horizonte (de 5,97% para 4,76%).

Nas taxas interanuais de março de 23 e de março de 22, houve alta no Rio de Janeiro (9,10% para 10,24%) e em Belo Horizonte (12,12% para 14,79%). Nas demais cidades, a taxa interanual recuou: São Paulo (7,91% para 7,32%) e Porto Alegre (7,42% para 6,95%).

Para o coordenador do IPC Brasil do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), Paulo Picchetti, o resultado acima da inflação no acumulado dos 12 meses mostra que os aluguéis residenciais estão recompondo os valores reais que anteriores à pandemia. O economista lembrou que, naquele momento, várias negociações no contexto da piora do mercado de trabalho fizeram com que os aluguéis

tivessem inclusive quedas nominais na média.

“Essa recomposição ainda deve durar um tempo, mas não representa perspectiva de aceleração no indicador para o resto do ano. Na própria esteira da redução do IPCA [Índice de Preços ao Consumidor Amplo], que se tornou um dos principais indexadores dos contratos de aluguel residencial e da própria desaceleração do nível de atividades esperada para a economia brasileira, os reajustes dos aluguéis para os próximos meses devem tender para a estabilidade e levá-los mais próximos à taxa de inflação”, disse Picchetti.

De acordo com o Ibre, que calcula o indicador, o IVAR foi desenvolvido para medir a evolução mensal dos valores de aluguéis residenciais do mercado de imóveis no Brasil. O próximo IVAR será divulgado em 5 de maio.

O Ibre informou também que o indicador usa dados de um amplo conjunto de contratos de aluguéis residenciais, obtidos com agentes do mercado imobiliário, como base. As informações são referentes aos valores dos contratos novos e dos reajustes de contratos existentes, além de características de cada imóvel.

Os dados pesquisados se referem às cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. A abrangência setorial é de imóveis residenciais alugados. O período de coleta é entre o primeiro e o último dia de cada mês. A periodicidade é mensal. (Agência Brasil)

## Tesouro capta US\$ 2,25 bi no exterior com juros mais altos

O Tesouro Nacional captou US\$ 2,25 bilhões de investidores internacionais com aumento de juros em relação às últimas emissões. O dinheiro veio do lançamento, na quarta-feira (5), de US\$ 2,25 bilhões em títulos da dívida externa com vencimento em outubro de 2033.

A taxa obtida na emissão dos papéis de dez anos somou 6,15% ao ano. No último lançamento desse tipo de papel, em junho de 2021, o rendimento havia sido 3,875% ao ano. Apesar das taxas mais altas, fontes do Tesouro informaram que as taxas foram menores que as esperadas, de 6,5% ao ano.

No maior nível para papéis de dez anos desde novembro de 2006, os juros obtidos nesta quarta-feira decorreram principalmente da alta recente nas ta-

xas básicas dos Estados Unidos, que sobem desde 2022. Como a taxa final depende do rendimento dos títulos norte-americanos, considerados os investimentos mais seguros do mundo, mais um prêmio de risco, os juros para os papéis brasileiros também subiram.

Taxas baixas de juros indicam pouca desconfiança dos investidores de que o Brasil não conseguirá pagar a dívida. Em momentos de crise econômica e de aumento das taxas externas como o atual, os estrangeiros passaram a cobrar juros mais elevados para comprar os papéis brasileiros.

Apesar da alta dos juros no exterior, o Tesouro informou que os títulos brasileiros tiveram boa receptividade no exterior. A demanda pelos papéis bra-

sileiros superou as expectativas, chegando a US\$ 8,5 bilhões.

Segundo o órgão, o mercado internacional estava sendo monitorado e nesta quarta-feira ocorreu uma janela de oportunidade (bom momento) para realizar a emissão.

Por meio do lançamento de títulos da dívida externa, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores internacionais com o compromisso de devolver os recursos com juros. Isso significa que o Brasil devolverá o dinheiro daqui a vários anos com a correção dos juros acordada, de 6,15% ao ano para os papéis que vencem daqui a dez anos.

### Spread

O spread, que é a diferença entre os títulos brasileiros de

dez anos e os papéis do Tesouro norte-americano com o mesmo prazo, aumentou. A taxa do papel brasileiro foi 285,4 pontos-base (2,854 pontos percentuais) maior que a dos papéis norte-americanos. Na emissão anterior, em junho de 2021, a diferença havia ficado em 240,2 pontos (2,402 pontos percentuais).

Os recursos captados no exterior serão incorporados às reservas internacionais do país em 13 de abril. De acordo com o Tesouro Nacional, as emissões de títulos no exterior não têm como objetivo principal reforçar as divisas do país, mas fornecer um referencial para empresas brasileiras que pretendem captar recursos no mercado financeiro internacional. (Agência Brasil)

## Indicador Antecedente de Emprego avança e atinge 76,4 pontos

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) avançou 1,7 ponto em março, alcançando 76,4 pontos. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), que calcula o indicador, este é o maior nível desde outubro do ano passado, quando atingiu 79,8 pontos. Em médias móveis trimestrais, o IAEmp subiu 0,6 ponto chegando a 75,0 pontos.

Entre os sete componentes do IAEmp, quatro contribuíram positivamente para o desempenho do indicador em março. Conforme o Ibre, os destaques foram os indicadores de Tendência dos Negócios e de Emprego Previsto da Indústria, que contribuíram com 1,4 e 1,0 ponto.

Em movimento contrário, com queda de 0,7 ponto, o indicador de Emprego Previsto de Serviços e o indicador de Situação Atual dos Negócios da Indústria, que recuou 0,5 ponto, foram os piores resultados.

Para Rodolpho Tobler, economista do Ibre, o que se pode observar é que, de fato, houve uma melhora em fevereiro e março, mas ainda existe uma certa cautela.

“Por mais que tenha tido essa

melhora, ela ainda é insuficiente para cobrir o que foi perdido na virada de 2022 para 2023, que teve um recuo muito maior do que essas altas que a gente tem agora e elas não têm sido tão disseminadas. É um ou outro setor ou segmento, que mostra algum tipo de reação, mas que ainda parece ser mais ligada a alguma acomodação ou correção, uma redução do pessimismo que se tinha na virada do ano”, explicou para a Agência Brasil.

Segundo Tobler, o cenário ainda não é totalmente favorável, embora o indicador tenha parado de cair. Ele disse que a expectativa não é de que agora as coisas vão melhorar e voltar a ter uma trajetória muito favorável como ocorreu no meio de 2022.

“Agora, tem meses que ele [indicador] fica oscilando e fica um pouco estacionado nesse patamar baixo. É o cenário que a gente observa e muito porque o mercado de trabalho tem sido influenciado pela atividade econômica. A pandemia parece cada vez mais fora do radar. O que vai ditar o ritmo da recuperação do mercado de trabalho vai ser a atividade econômica. Com esse ambiente

macroeconômico em que a gente vive hoje de juros ainda muito altos, inflação com dificuldade para desacelerar mais forte, consumidores ainda muito cautelosos e com muito endividamento, todas estas questões que envolvem o ambiente macroeconômico ainda muito desafiador acabam influenciando o mercado de trabalho”, observou.

Com relação ao resultado de abril, Tobler adiantou que, mesmo que o mês tenha um resultado positivo, não deve ser nada comparável aos níveis do meio de 2022. “Pode ter alguma coisa muito marginal, mas nada que volte a recuperar aquele patamar que a gente já teve no ano passado. A expectativa ainda é algo meio cauteloso”, observou.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o objetivo do Indicador Antecedente de Emprego é antecipar os principais movimentos do mercado de trabalho no Brasil, levando em consideração dados extraídos das Sondagens Empresariais e do Consumidor produzidas pela FGV/Ibre.

“Os dados relativos às expectativas em relação ao mercado

de trabalho são extraídos da Sondagem do Consumidor, enquanto os dados relativos ao emprego previsto, à situação atual dos negócios e à tendência dos negócios são extraídos da Sondagem da Indústria e da Sondagem de Serviços, individualmente” salientou.

Segundo o FGV/Ibre, o tema emprego na Sondagem do Consumidor inclui perguntas sobre a situação presente e futura do mercado de trabalho revelando as suas expectativas para os meses seguintes em relação ao mercado de trabalho na cidade em que reside.

O IAEmp também considera seis séries das Sondagens Empresariais, sendo três da Sondagem da Indústria e três séries da Sondagem de Serviços.

A pesquisa da Sondagem da Indústria de Transformação também analisa quesitos que tratam do presente e do futuro próximo, com dados agregados a partir de 21 gêneros industriais. Já a pesquisa da Sondagem do Setor de Serviços avalia dados de todos os setores de serviços excluindo governo, atividades continuadas de ensino e saúde, setor financeiro e comércio. (Agência Brasil)

do contínuo monitoramento dos mercados. Entre outras variáveis, esse monitoramento compreende a análise diária do comportamento de preços da empresa em relação às cotações internacionais e o seu market share (quota de mercado). (Alana Gandra) (Agência Brasil)

## “Match” de negócios: plataforma vai acelerar atração de investimentos ao Paraná

O Governo do Paraná vai acelerar a atração de negócios a partir de uma tecnologia que vai conectar municípios a empresas interessadas em investir no Estado. A plataforma Citymatch foi apresentada na quarta-feira (5) no evento de posse do novo diretor da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), o prefeito de Santa Cecília do Pavão, Edimar Aparecido Pereira dos Santos, na presença do governador Carlos Massa Ratinho Junior.

“Estamos lançando aqui no evento de posse da AMP o Citymatch, que é um software que ajudará os municípios a cadastrar oportunidades na área de industrialização e desenvolvimento econômico”, destaca o secretário de Indústria, Comércio e Serviços, Ricardo Barros, que apresentou a nova ferramenta.

“O Governo do Estado tem ótima integração com os municípios. Até porque o governador Ratinho Junior foi secretário de Cidades e conhece muito bem a importância da relação com os municípios, uma parceria que tem resultado sempre em avanço para o Paraná”, completa Barros.

Com o Citymatch, tantos as prefeituras quanto as empresas poderão cadastrar dados em um sistema integrado. No caso dos municípios, serão cadastradas informações como incentivos fiscais, disponibilidade de terrenos e galpões para instalação de empresas, o nível de qualificação da mão de obra da cidade, entre outras.

Já as empresas vão registrar na ferramenta as suas necessidades para operar, como quantidade de empregados, o tamanho do imóvel que precisa para se instalar, entre outras.

Toda essa operação pelo Citymatch vai ser supervisionada pela Invest Paraná, agência de

captção de negócios do Governo, vinculada à Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Serviços (Seic).

“São 80 algoritmos que trabalham em cima de dados abertos e cadastrados para gerar o match, encontro, de negócio entre o que os municípios oferecem e o que as empresas normalmente buscam para se instalar”, explica o diretor de Relações Internacionais e Institucionais da Invest Paraná, Giancarlo Rocco.

“Brincamos que essa plataforma é o Tinder dos negócios, aproximando oportunidade da demanda”, enfatiza Rocco, referindo-se ao aplicativo de namoro que usa o mesmo conceito de match.

Após dois anos de período de teste, o Citymatch passou por diversas atualizações que agora permitem o sistema rodar. “A plataforma já está supermadura para gerar negócios no Paraná após todas as atualizações. A tecnologia vai favorecer tanto o setor público quanto o privado”, enfatiza o diretor de Relações Internacionais e Institucionais da Invest Paraná.

Rocco explica que dentro da plataforma haverá uma página exclusiva para os municípios com informações institucionais de vendas de oportunidades de negócios.

“O CityMatch é a solução da Celepar para colaborar com o desenvolvimento econômico dos municípios. Ela facilita os negócios, poupa tempo e permite que o serviço público faça escolhas mais precisas”, explica Gustavo Garbosa, presidente da Celepar.

“As oportunidades apresentadas por municípios e empresas ficam claras e transparentes para todos os envolvidos”, destacou Garbosa. (Agência Brasil)

## Petrobras afirma manter prática de “preços competitivos”

Em nota divulgada na quarta-feira (5) à imprensa, a Petrobras reafirmou o compromisso com a “prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado nacional”, evitando o repasse imediato de volatilidades externas, provocadas por agentes

conjunturais, bem como de oscilações da taxa de câmbio.

A companhia afirmou não ter recebido nenhuma proposta do Ministério das Minas e Energia relativa à alteração de sua política de preços. “Quaisquer propostas de alteração da política de preços recebidas do acionis-

ta controlador serão comunicadas oportunamente ao mercado e conduzidas pelos mecanismos habituais de governança interna da companhia”, indica a nota.

A Petrobras esclareceu ainda que ajustes de preços de produtos são realizados normalmente em seus negócios, diante





## VOTORANTIM S.A.

CNPJ/MF nº 03.407.049/0001-51  
 Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das mutações do patrimônio líquido, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do resultado abrangente e Notas explicativas. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

Balanço Patrimonial - Exercícios Findos em 31 de Dezembro			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Nota	2022	2021		
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>	
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa		456.353	1.036.344	Arrendamento	2.402
Aplicações financeiras		317.737	162.074	Fornecedores	12.471
Contas a receber de clientes		45.429	37.730	Salários e encargos sociais	100.097
Instrumentos financeiros derivativos			4.704.450	Tributos a recolher	5.022
Tributos a recuperar		321.819	767.748	Adiantamento de clientes	9.452
Dividendos a receber		724.394	965.195	Dividendos a pagar	1.130.988
Outros ativos		72.372	350.580	Outros passivos	49.409
		1.938.104	8.024.121		<b>1.309.841</b>
			99.853		<b>2.352.419</b>
Ativos classificados como mantidos para venda				Não circulante	
		<b>1.938.104</b>	<b>8.123.974</b>	Instrumentos financeiros derivativos	6.844
				Arrendamento	6.201
Não circulante				Imposto de renda e contribuição social diferidos	5
Realizável a longo prazo				Partes relacionadas	15.693
Aplicações financeiras		383.137		Provisões	106.135
Instrumentos financeiros - ações		6.575.755	2.780.634	Obrigações a pagar com investidas	4
Tributos a recuperar		158.152	159.426	Outros passivos	104.279
Partes relacionadas		60.111	62.098		<b>104.279</b>
Depósitos judiciais		24.687	18.298		<b>2.509.172</b>
Outros ativos		257.548	57.899		<b>1.893.718</b>
		<b>7.459.390</b>	<b>3.078.355</b>		<b>3.819.013</b>
Investimentos				Total do passivo	
Imobilizado	4	46.886.557	42.579.166	<b>Patrimônio líquido</b>	
Intangível		335.807	337.635	Capital social	28.656.002
Direitos de uso		60.208	34.074	Reservas de lucros	18.971.779
		7.973	6.501	Ajustes de avaliação patrimonial	5.241.245
		<b>54.749.935</b>	<b>46.035.731</b>	Total do patrimônio líquido	<b>52.869.026</b>
		<b>56.688.039</b>	<b>54.159.705</b>		<b>56.688.039</b>

Reservas de lucros			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Nota	2022	2021		
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>					
Lucro líquido do exercício					6.401.742
Outros componentes do resultado abrangente					1.638.959
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					<b>6.401.742</b>
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis				1.513.187	
Ganho líquido na venda de ações - Companhia Brasileira de Alumínio				342.208	
Ganho na diluição de participação Companhia Brasileira de Alumínio				214.123	
Dividendos distribuídos				(1.017.670)	
Dividendos mínimos obrigatórios				(1.520.414)	
Constituição de reservas				320.087	4.561.241
				<b>320.087</b>	<b>5.613.089</b>
<b>Total de contribuições e distribuições para acionistas</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>					
Lucro líquido do exercício					4.762.056
Outros componentes do resultado abrangente					(1.125.641)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					<b>4.762.056</b>
Ganho líquido na venda de ações - Companhia Brasileira de Alumínio				317.022	
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil Indústria e Comércio Ltda.				(47.556)	
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária				88.651	
Dividendos revertidos	6 (b)			1.520.414	
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimento				154.773	
Dividendos distribuídos	6 (b)			(1.428.500)	
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)			(1.130.988)	
Constituição de reservas				238.103	3.392.965
				<b>238.103</b>	<b>3.997.769</b>
<b>Total de contribuições e distribuições para acionistas</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
					<b>5.241.245</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Nota	Capital social	Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>		<b>28.656.002</b>	<b>10.480</b>	<b>1.029.599</b>	<b>7.762.852</b>
Lucro líquido do exercício					6.401.742
Outros componentes do resultado abrangente					1.638.959
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					<b>6.401.742</b>
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis					1.513.187
Ganho líquido na venda de ações - Companhia Brasileira de Alumínio					342.208
Ganho na diluição de participação Companhia Brasileira de Alumínio					214.123
Dividendos distribuídos					(1.017.670)
Dividendos mínimos obrigatórios					(1.520.414)
Constituição de reservas					320.087
					<b>320.087</b>
<b>Total de contribuições e distribuições para acionistas</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>					
Lucro líquido do exercício					4.762.056
Outros componentes do resultado abrangente					(1.125.641)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>					<b>4.762.056</b>
Ganho líquido na venda de ações - Companhia Brasileira de Alumínio					317.022
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil Indústria e Comércio Ltda.					(47.556)
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária					88.651
Dividendos revertidos	6 (b)				1.520.414
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimento					154.773
Dividendos distribuídos	6 (b)				(1.428.500)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)				(1.130.988)
Constituição de reservas					238.103
					<b>238.103</b>
<b>Total de contribuições e distribuições para acionistas</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>					
					<b>5.241.245</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Considerações gerais:** A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA"), é uma *holding* investidora de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, no Brasil, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades. A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua nos seguintes segmentos: materiais de construção, bancário, energia renovável, alumínio, mineração e fundição, suco de laranja, infraestrutura, açoes longos, imóveis, investimentos e serviços ambientais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1 Base de apresentação: a) **Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretação de "IFRIC" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base em estimativas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas abaixo:

**Nota Rubrica**

4 Investimentos

5 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

**4. Investimentos: Política contábil:** Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) e compreendem suas participações em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto. Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para serem classificadas como entidades controladas em conjunto, deve existir acordos contratuais que permitam a Companhia controle compartilhado das entidades e direitos aos ativos líquidos das entidades controladas em conjunto, e não direitos aos seus ativos e passivos específicos. Tais

(b) **Informações sobre outras empresas investidas:** Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras selecionadas de nossas principais coligadas e *joint ventures* em 31 de dezembro de 2022:

	Patrimônio líquido incluído		participação de minoritários	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	% Participação total
	ativo circulante	passivo circulante						
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial - Coligadas</b>								
Acergroup S.A.	465	580.034	15	8.396	572.088	(49.394)	84.659	100,00
Acerholding S.A.	500	436.646	217	1.934	434.995	(39.732)	67.601	80,00
Votorantim FinCO GmbH	24.555	3.952.770	160	255.371	3.721.794	(872)	40.640	100,00
Janssen Capital B.V.	3.463.516		2.930		3.460.586	(92.800)	27.003	100,00
Citrovita Agro Industrial Ltda.	55.026	76.304	1.342	19.432	110.556	(4.142)	8.631	100,00
Companhia Brasileira de Alumínio	3.564.285	8.084.405	1.900.909	4.652.224	5.095.557	7.575.527	953.910	(30.455)
Comparr Serviços e Assessorias Ltda.	12.038	16.922	5.555	23.405	14.379	(1.884)	820	(163)
Fazenda Bodoquena Ltda.	7.889	99.383	16.738	16.777	73.757	34.003	(28.390)	333
Intervália Taxi Aéreo Ltda.	793	5.597	1.063	33.905	5.267	4.393	(9.949)	130
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.	83.446	491.903	28.298	33.905	513.146	6.477	79.821	8.038
Piratinilging Participação Ltda.	400	7.891	8.4	1.563	6.644	(1.554)	(190)	(1.745)
Reservas Votorantim Ltda.	1.294	21.647	5.867	3.880	13.194	5.868	(4.424)	(548)
Votorantim Cimentos S.A.	3.850.340	21.332.294	3.418.766	6.381.564	15.382.304	9.516.894	1.185.707	(468.051)
Votorantim Energia Ltda.	1.295	1.504	594	5.689	(3.484)	(2.345)	115	(2.230)
Votorantim Finanças S.A.	330.377	6.761.910	179.945	168.414	6.743.928	(9.367)	(6.063)	412.634
Nexa Resources S.A.	3.076.261	13.881.427	2.413.217	6.806.640	7.737.831	6.604.608	138.473	(444.198)
Votorantim RE	11.808		667		11.141	(1.207)	(18)	(1.224)
Votocel Investimentos Ltda.	27.057	47.052	9	143.330	(69.230)	8.102	3.502	10.441
Votorantim International CSC. S.A.C.	12.107	9.441	11.786	5.547	4.215	26.683	1.231	(15)
SF Fifty Six Participações Societárias Ltda.	50				50		1	100,00
<b>Coligadas</b>								
Planhold S.A.	430	18.792	20		19.202	(33)	45	1.313
CCR S.A.	3.595.471	17.628.572	3.017.796	6.741.684	11.464.563	260.132	(126.045)	(899.749)
<b>Controladas em conjunto (Joint ventures)</b>								
Citrosuco S.A. Agroindústria	3.820.522	4.541.237	4.791.212	5.495.620	(1.925.073)	4.771.420	(43.260)	(187.371)
Auren Energia S.A.	2.231.277	14.880.249	713.259	1.145.817	15.252.450	(133.607)	99.184	2.670.576

(c) **Movimentação:**

**Saldo no início do exercício**

Equivalência patrimonial

Auren Energia S.A.

Votorantim Cimentos S.A.

Companhia Brasileira de Alumínio

Votorantim Finanças S.A.

Nexa Resources S.A.

Acergroup S.A.

Acerholding S.A.

Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.

Outros

Reflexo de variação cambial de investimentos no exterior

*Hedge de fluxo de caixa*

*Hedge accounting* de investimentos líquidos no exterior

Aumentos de capital em investidas

Incorporação da VGE pela Auren

Ganho na alteração de participação

Eliminação do ganho não realizado no valor justo de investimentos

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre valor justo de investimentos

Reclassificação de instrumento financeiro - CCR

Aquisição de investimento - CCR

Aquisição de investimento - 23S Capital

Baixa pela venda de ações da CBA

Reclassificação para ativos mantidos para venda

Dividendos deliberados

Reflexo da adoção inicial de economia hiperinflacionária

Reflexo de aquisição de minoritários por investidas

Incorporação de investidas

Ganho na alteração de participação

Reduções de capital

Reflexo de risco de crédito de dívidas avaliadas a valor justo

Benefícios atuariais

*Informal Capital*

Reclassificação para obrigação a pagar com investida

Outros

**Saldo no final do exercício**

**Obrigações a pagar com investidas**

**Saldo no início do exercício**

Equivalência patrimonial

Reflexo de variação cambial de investimentos no exterior

*Hedge de fluxo de caixa*

Reclassificação para obrigação a pagar com investida

Aumentos de capital em investidas

Transferência de ações com investidas

Benefícios atuariais

Outros

**Saldo no final do exercício**

**5. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil:** Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço ou quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser

Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro			Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	Nota	2022	2021		
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	4	3.175.450	3.515.503		
Realização de outros resultados abrangentes na alienação de investimentos			19.575		
		<b>3.175.450</b>	<b>3.535.078</b>		
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas		(296.136)	(257.925)		
Outros resultados operacionais		1.205.193	277.586		
		<b>1.212.057</b>	<b>19.661</b>		
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>					
<b>Resultado financeiro líquido</b>					
Receitas financeiras		847.456	4.588.792		
Despesas financeiras		(65.549)	(78.922)		
Variações cambiais, líquidas		(18.312)	(8.591)		
		<b>763.595</b>	<b>4.501.279</b>	</	



★ continuação

CONSELHEIROS	
Eduardo Vassimon Presidente	Cláudio Ermirio de Moraes Luís Ermirio de Moraes
José Roberto Ermirio de Moraes Vice-Presidente	Antonio Quintella Marcos Lutz Oscar Bernardes

**Aos Administradores e Acionistas**  
**Votorantim S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Votorantim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** **Demonstrações financeiras consolidadas:** Conforme descrito na Nota 2.1 (b), a Votorantim S.A. elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 4 de abril de 2023. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A administração da Companhia é responsável pela

VOTORANTIM S.A. DIRETORES	
João H. Schmidt - Diretor-Presidente	Gláysy Domingues Luiz Caruso Mateus Gomes Ferreira Mauro Ribeiro Neto Sergio Malacrida

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais**  
 elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.** O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados**

CONTADORA	
Eva Maria Andreu Portulhak CRC PR 064719/O-6	

às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.** **Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.** Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. **Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.** **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.** Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. **Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.** **Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.**  
 Curitiba, 4 de abril de 2023

**PWC**  
**PricewaterhouseCoopers**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
 Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
 Contador - CRC 1SP196994/O-2

FUPRESA S.A.		CNPJ: 62.576.327/0001-63		
Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de Dezembro de 2022/2021				
Balanço Patrimonial		Demonstrativo do Resultado do Exercício - DRE		
	2022 - R\$	2021 - R\$	2022 - R\$	2021 - R\$
<b>Ativo/Ativo Circulante</b>	<b>47.590.380</b>	<b>46.181.728</b>	<b>Reculta Bruta de</b>	
Caixa e bancos (nota C)	2.131.250	1.263.092	<b>Vendas e Serviços</b>	<b>115.210.567</b>
Cientes (nota D)	12.423.908	21.380.142	<b>Deduções Receita Bruta de Vendas e Serviços</b>	<b>98.695.386</b>
Outros créditos (nota B-4)	4.001.532	4.290.766	<b>Desenvolvidos e impostos sobre as vendas e serviços</b>	<b>(20.332.192)</b>
Estoques (nota B-3)	20.022.317	19.237.752	<b>Receita Líquida de Vendas</b>	<b>94.878.375</b>
Despesas antecipadas (nota E)	11.372	9.977	<b>Custos dos produtos e serviços vendidos</b>	<b>(77.035.283)</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>15.562.516</b>	<b>16.012.535</b>	<b>Despesa (Prejuízo) Bruto Operacional</b>	<b>(8.267.512)</b>
Realizável a Longo Prazo (notas B-5 e E)	10.731.358	10.948.535	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(4.265.037)</b>
Intangível	120.199	108.463	<b>Gerais e administrativas</b>	<b>(5.522.475)</b>
Imobilizado (nota B-6)	4.710.959	4.955.537	<b>Lucro (Prejuízo) Antes Adição Result. Financ. Líquido</b>	<b>8.055.581</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>63.152.896</b>	<b>62.194.263</b>	<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>4.054.875</b>
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL</b>	<b>Capital</b>	<b>Reserva de Lucros/prejuízos</b>	<b>Resultado</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>39.028.200</b>	<b>(144.737)</b>	<b>305.591</b>	<b>(26.928.277)</b>
Transferências	—	—	(87.201)	(3.187.388)
Adiantamento para Aumento de Capital	—	—	—	—
Aumento de Capital	—	—	—	—
Estorno da Reserva de Avaliação Patrimonial	—	—	87.201	87.201
Ajuste Líquido de Exercícios Anteriores	—	—	(843.683)	(843.683)
Estorno de Imposto diferido	—	—	(412.205)	(412.205)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	39.028.200	(144.737)	—	1.726.612
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>39.028.200</b>	<b>(144.737)</b>	<b>218.390</b>	<b>(31.284.352)</b>
Adiantamento para Aumento de Capital	—	—	(87.201)	(1.726.612)
Aumento de Capital	—	—	—	—
Estorno da Reserva de Avaliação Patrimonial	—	—	87.201	87.201
Ajuste Líquido de Exercícios Anteriores	—	—	(1.384.121)	(1.384.121)
Estorno de Imposto diferido	—	—	—	—
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	39.028.200	(144.737)	—	9.362.168
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>39.028.200</b>	<b>(144.737)</b>	<b>131.189</b>	<b>(30.854.661)</b>

Notas Explicativas																																		
<b>A) Contexto Operacional:</b> As atividades da empresa compreendem, basicamente, a fundição pelo processo de microfusão e ao comércio, importação de matérias primas e exportação de peças de metais ferrosos e não ferrosos. <b>B) Principais Práticas Contábeis:</b> 1. As demonstrações financeiras refletem o impacto das Leis 6.404/76, 1.638/07 e 11.941/09. 2. O resultado inclui os efeitos das variações cambiais e atualizações monetárias de créditos e obrigações, acrescidos dos juros de mora no caso dos parcelamentos fiscais. 3. <b>Estoques: estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, inferiores ao valor de realização.</b>	<b>D) Clientes:</b> O saldo da conta de clientes é apresentado como segue:																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022 - R\$</th> <th>2021 - R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Produtos acabados</td> <td>6.306.928</td> <td>3.456.463</td> </tr> <tr> <td>Produtos em elaboração</td> <td>8.386.152</td> <td>11.492.432</td> </tr> <tr> <td>Matéria prima e materiais auxiliares</td> <td>3.086.575</td> <td>2.452.667</td> </tr> <tr> <td>Materiais de manutenção e consumo</td> <td>2.242.663</td> <td>1.836.190</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos</b></td> <td><b>20.022.317</b></td> <td><b>19.237.752</b></td> </tr> </tbody> </table>		2022 - R\$	2021 - R\$	Produtos acabados	6.306.928	3.456.463	Produtos em elaboração	8.386.152	11.492.432	Matéria prima e materiais auxiliares	3.086.575	2.452.667	Materiais de manutenção e consumo	2.242.663	1.836.190	<b>Saldos</b>	<b>20.022.317</b>	<b>19.237.752</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022 - R\$</th> <th>2021 - R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Seguros</td> <td>11.372</td> <td>9.977</td> </tr> <tr> <td>Multas - Parcelamentos tributários</td> <td>—</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>Multas - Parcelamentos tributários</td> <td>—</td> <td>149.556</td> </tr> <tr> <td><b>Saldos</b></td> <td><b>11.372</b></td> <td><b>159.533</b></td> </tr> </tbody> </table>		2022 - R\$	2021 - R\$	Seguros	11.372	9.977	Multas - Parcelamentos tributários	—	—	Multas - Parcelamentos tributários	—	149.556	<b>Saldos</b>	<b>11.372</b>	<b>159.533</b>
	2022 - R\$	2021 - R\$																																
Produtos acabados	6.306.928	3.456.463																																
Produtos em elaboração	8.386.152	11.492.432																																
Matéria prima e materiais auxiliares	3.086.575	2.452.667																																
Materiais de manutenção e consumo	2.242.663	1.836.190																																
<b>Saldos</b>	<b>20.022.317</b>	<b>19.237.752</b>																																
	2022 - R\$	2021 - R\$																																
Seguros	11.372	9.977																																
Multas - Parcelamentos tributários	—	—																																
Multas - Parcelamentos tributários	—	149.556																																
<b>Saldos</b>	<b>11.372</b>	<b>159.533</b>																																
<b>4. Outros Créditos</b>	<b>2022 - R\$</b>	<b>2021 - R\$</b>																																
Adiantamentos/Mútuos/Outros Créditos	745.111	969.592																																
Impostos recuperáveis	3.256.420	3.321.173																																
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.001.532</b>	<b>4.290.766</b>																																
<b>5. Realizável a Longo Prazo</b>																																		
Impostos compensáveis	5.296.357	6.036.428																																
Depósitos/valores judiciais	1.882.774	1.395.125																																
Créditos com acionistas	3.522.228	3.367.425																																
Despesas antecipadas (nota E)	—	149.556																																
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10.731.358</b>	<b>10.948.535</b>																																
<b>6. Imobilizado:</b> demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente e deduzido das depreciações acumuladas, as quais são calculadas pelo método linear, com base na vida útil provável dos bens.																																		
<b>Taxa deprec.</b>	<b>2022 - R\$</b>	<b>2021 - R\$</b>																																
Terenos	0%	666.801																																
Edifícios e benfeitorias	4%	1.043.494																																
Instalações	10%	341.692																																
Móveis e utensílios	10%	571.068																																
Veículos	20%	259.096																																
Máquinas e equipamentos	10%	18.387.987																																
Equip. de inform./Comunic.	20%	637.296																																
Depreciação acumulada	(17.196.384)	(18.503.759)																																
Imobilizado em Andamento	—	—																																
<b>Saldos</b>	<b>4.710.959</b>	<b>4.955.537</b>																																
<b>C) Caixa, Bancos e Aplíc. Financeira</b>	<b>2022 - R\$</b>	<b>2021 - R\$</b>																																
Saldo em caixa - Matriz e Filial	1.987	234																																
Banco conta movimento - no país	1.878.263	1.011.858																																
CDB	251.000	251.000																																
<b>Saldos</b>	<b>2.131.250</b>	<b>1.263.092</b>																																

Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC		ANO		ANO	
		2022 R\$		2021 R\$	
<b>Atividade Operacional</b>		9.362.168	1.726.612	1.802.363	712.075
(Resultado do período)		9.362.168	1.726.612	1.802.363	712.075
Depreciações e Amortizações		1.802.363	712.075	1.164.531	2.438.687
<b>Aumento (redução) em Contas Patrimoniais</b>		43.766	5.785.949	(356.854)	(1.065.856)
Nas Duplicatas a Receber		43.766	5.785.949	784.565	7.390.354
Nos créditos a Receber		—	—	(148.161)	(147.975)
Nos Estoques		—	—	(2.580.627)	(25.044)
Nas Despesas Antecipadas		—	—	10.716.586	(14.032.482)
Nos Fornecedores		—	—	420.796	394.113
Nos Financiamentos a Curto Prazo		—	—	(430.700)	446.049
Nos Financiamentos a Longo Prazo		—	—	61.574	1.166.716
Nas Obrigações Tributárias a Curto Prazo		—	—	(839.633)	(56.511)
Nas Obrigações Tributárias de Longo Prazo		—	—	(310.565)	(354.051)
Nas Obrigações Sociais		—	—	7.342.730	(1.198.738)
Nas Outras Obrigações		—	—	—	—
<b>Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operac.</b>		<b>3.821.801</b>	<b>3.637.425</b>	—	—
<b>Atividades de Investimentos</b>		—	—	(843.683)	(412.205)
Ajustes de exercícios anteriores		—	—	(843.683)	(412.205)
Estorno de Imposto diferido		—	—	(1.384.121)	(412.205)
Capital		—	—	—	—
Imobilizado		—	—	(1.569.521)	(1.408.798)
Adiantamento para aumento de capital		—	—	—	—
<b>Variação Líquida no Período</b>		<b>3.821.801</b>	<b>3.637.425</b>	868.158	972.739
<b>Disponibilidades no início do Período</b>		<b>1.263.092</b>	<b>290.353</b>	1.263.092	290.353
<b>Disponibilidades no final do Período</b>		<b>5.084.893</b>	<b>1.327.778</b>	2.131.250	1.263.092

**JUNTOS SOMOS MAIS FIDELIZAÇÃO S.A.**  
 CNPJ nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35300534301  
**Edital de Convocação**  
 Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 12 de abril de 2023, às 18:00, horário de Brasília, de forma híbrida, excepcionalmente, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tornar sem efeito as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2022, consignando que os valores aportados à Companhia pelos acionistas Tigre S.A. Participações, Votorantim Cimentos S.A. e Gerdau Açores Longos S.A., configuram Adiantamento para Futuro de Capital - AFAFC; (ii) atualizar e consolidar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) determinar a realização de uma avaliação do valor econômico da Companhia, nos termos da Cláusula 4.16 do Acordo de Acionistas; e (iv) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações tidas na Assembleia. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia de forma presencial ou digital, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 12:00 horas, horário de Brasília, do dia 11 de abril de 2023, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: eros.canedo@juntosomsmas.com.br. São Paulo, 03 de abril de 2023. Hugo Sogayar Arnelin - Conselho de Administração - (Assinado digitalmente).

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 0011455-18-2012-26.0009. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários. Devedor: Sheila Cristina Maestri Souza EDITAL DE CITAÇÃO - Nº 02/2023 DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011455-18-2012-26.0009. A Mm. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmiento Monteleone, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a SHEILA CRISTINA MAESTRI DE SOUZA, CPF 157.849.458-31, que foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S.A. visando ao recebimento da quantia de R\$ 37.636,78, representada por um Contrato de Mútuo sob o número 0456800042, firmado em 05/10/2011, vinculada à agência 458-8, conta corrente nº 1146457, cujas parcelas venceram a partir de 01/02/2022. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para pagar a dívida, atualizada até a data do efetivo pagamento, conforme pedido inicial, no prazo de três dias úteis. Fixados os honorários em 10% sobre o valor do débito, que serão reduzidos pela metade, em caso de pagamento. No prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da própria citação, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, a exequente poderá requerer a substituição do juízo para pagar o restante do débito em até 05 (cinco) parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações implicará, de pleno direito, o vencimento das subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato início dos atos executivos, imposition a execução de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas e vedação à oposição de embargos. Os eventuais embargos à execução poderão ser oferecidos no prazo de quinze dias úteis, que fluirão após o decurso do prazo do presente edital, por meio de advogado, na forma do art. 915, do Código de Processo Civil. Não haverá manifestação, o executado será considerado réu, caso for nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de março de 2023. 06 e 07 / 04 / 23

**EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO**  
**Contrato 202263506710**  
 Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultar(m)-se ou recusar(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA PLINIO COLAS, Nº 278, APARTAMENTO DUPLEX Nº 137, LOCALIZADO NO 13º ANDAR E COBERTURA DO BLOCO A, DO CONDOMÍNIO PIAZZA SANTANA, EM LAUZANE PAULISTA, 8º SUBDISTRITO SANTANA, SÃO PAULO/SP.

**Cabinda Participações S.A.**  
 CNPJ nº 04.030.182/0001-02 - NIRE 35.300.180.569 - Companhia Aberta ("Companhia")  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29 de Abril de 2022**  
**1. Data, hora e local:** No dia 29 de abril de 2022, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Pamplona, nº 818, conjunto 92, CEP 01405-001, na cidade e Estado de São Paulo. **2. Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76, em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **3. Presenças:** Acionistas da Companhia representando a totalidade do capital social e Danilo Gamboa, na qualidade de administrador da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Danilo Gamboa; Secretária: Laura Manfredini Conte Ferezin. **5. Ordem do dia:** (i) aprovar as contas da administração relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (ii) deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **6. Deliberações tomadas em AGO pela unanimidade dos acionistas presentes:** 6.1. Considerar como sanada, na forma do §4º do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos a que se refere o mencionado artigo. 6.2. Dispensar a presença de representantes dos auditores independentes da Companhia, nos termos do §2º do artigo 134 da Lei nº 6.404/76, por não haver necessidade de esclarecimentos a respeito dos documentos disponibilizados pela administração da Companhia de acordo com o artigo 134 da Lei nº 6.404/76, a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos a que se refere o mencionado artigo. 6.3. Dispensar a presença de representantes dos auditores independentes da Companhia, nos termos do §2º do artigo 134 da Lei nº 6.404/76, por não haver necessidade de esclarecimentos a respeito dos documentos disponibilizados pela administração da Companhia de acordo com o artigo 134 da Lei nº 6.404/76, a falta de publicação dos anúncios ou a inobservância dos prazos a que se refere o mencionado artigo. 6.4. Em continuidade à deliberação tomada acima, consignar que, em razão da apuração de prejuízo, no montante de R\$ 126.298,44 (cento e vinte e seis mil, duzentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não há resultado a ser distribuído aos acionistas da Companhia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de abril de 2022. **Mesa:** Danilo Gamboa - Presidente; Laura Manfredini Conte Ferezin - Secretária. **Assinaturas:** GP Holdings I, LLC por Danilo Gamboa e João Henrique Braga Junqueira; Danilo Gamboa. **JUCESP** nº 264.225/22-7 em 24/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Primeiro público leilão: 04/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas  
 Segundo público leilão: 24/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas  
 Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal - AG. ESTADOS UNIDOS - COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.  
 Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA  
 Mutuário(s):  
 JOSE LUIZ SEGURADO PIMENTEL, BRASILEIRO, AENORAUTA, RG. Nº 507.228-SEGUP-PA, CPF: 086.913.688-70, CASADO PULO REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, NA VIGÊNCIA DA LEI 6.515/77, COM NOEMIA RODRIGUES FERREIRA PIMENTEL, BRASILEIRA, AENORAUTA, RG. Nº 06362015-7-IFP/RJ, CPF: 805.700.207-78.  
 2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.  
 Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO: Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail: fabianasilva@afdsp.com.br.  
 São Paulo, 05 de abril de 2023  
 HELIO JOSE ABDU - JUCESP 603.  
 Leiloeiro Público Oficial  
 SED 1178  
 05/04, 06/04 e 07/04/2023

**Cabinda Participações S.A.**  
 CNPJ nº 04.030.182/0001-02 - NIRE 35.300.180.569 - Companhia Aberta ("Companhia")  
**Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29 de Abril de 2022**  
**1. Data, hora e local:** No dia 29 de abril de 2022, às 09:45 horas, na sede social da Companhia



## Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ nº 35.814.889/0001-25  
 Relatório da Diretoria

**Senhores acionistas:** Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2022, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

**A Diretoria**

Ativo	Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.093	1.483
Clientes	6	47.656	43.557
Impostos e contribuições a recuperar	7	226	212
Adiantamentos a fornecedores	–	1.199	647
Despesas antecipadas	8	2.755	471
		64.929	46.370
<b>Não circulante</b>			
Clientes	6	52,00	73,700
Despesas antecipadas	8	1.622	816
Depósitos judiciais	–	30	–
Impostos e contribuições diferidos	24	4.167	4.621
Impostos e contribuições a recuperar	7	4	4
Partes Relacionadas	9	245	8
		58.068	79.149
Investimentos em participações	10	9	–
Intangível Operacional	11	220.658	117.324
Intangível	11	4.711	984
Ativo imobilizado	12	5.196	1.637
		230.574	119.945
		288.642	199.904
<b>Total do ativo</b>		<b>353.571</b>	<b>245.464</b>

Passivo e patrimônio líquido	Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>			
Emprestimos e financiamentos	13	88.586	68.531
Fornecedores	10	10.161	4.836
Obrigações e encargos trabalhistas	14	3.915	3.561
Obrigações tributárias	15	1.466	358
Adiantamentos de clientes	16	31.817	27.313
Adiantamentos de outorga	17	2.248	2.244
Outras obrigações a pagar	18	5.474	1.213
Obrigações ao poder concedente	–	572	329
		144.509	106.339
<b>Não circulante</b>			
Emprestimos e financiamentos	13	70.361	152
Impostos diferidos	24	959	900
Adiantamentos de clientes	16	65.546	90.457
Adiantamentos de outorga	17	38.052	40.305
		174.918	131.814
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	19	32.871	16.385
Lucro (Prejuízo) acumulados	–	1.273	(9.074)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>34.144</b>	<b>7.311</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>353.571</b>	<b>245.464</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)						
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva de lucro	Lucro (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	32.871	(16.486)	16.385	–	(5.988)	10.397
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(3.086)	(3.086)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	32.871	(16.486)	16.385	–	(9.074)	7.311
Integralização do capital social	–	16.486	16.486	–	–	16.486
Lucro do exercício	–	–	–	–	10.347	10.347
Reserva legal	–	–	–	1.273	(1.273)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	32.871	–	32.871	1.273	–	34.144

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** Em 8 de março de 2019, a Construcap CPDS Engenharia e Comércio S.A. ("Construcap") sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional nº 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida a Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25. O capital social da Urbia foi subscrito o valor de R\$ 32.871 mil e integralizado pelo acionista sua totalidade. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R\$ 70.501 mil, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Município de São Paulo, representado pela Secretária Municipal de Governo e a Secretária Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brígideiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R\$ 1.358.103.615,56 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e cinco centavos), no prazo total de 35 anos. A Sociedade vem executando as obras e serviços de engenharia conforme o Contrato de Concessão, sendo que os principais investimentos já foram iniciados e continuarão ocorrendo nos próximos exercícios. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza e realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos municípios, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de preservação, onde a natureza é praticamente a única protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há o estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, playgrounds, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público para os visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, realização de eventos, cessão de área para serviços, atividades e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assume a administração pública dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 20 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. Os Parques Jacintho Alberto e Jardim da Felicidade em 15 de novembro de 2021. Cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, recuperar edificações e áreas verdes, além de melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Caderno de Encargos da Concessão e os Planos Diretores de cada parque. A Sociedade já iniciou o Programa de Intervenções nos Parques, conforme propostas apresentadas no Plano de Intervenções e cronogramas estabelecidos com o Poder Concedente para cada Parque, além de realizar ações corretivas, reparos e melhorias de manutenção.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em reais (R\$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2023. **3. Principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. As aplicações financeiras são compostas por aplicações em CDB - Certificado de depósito bancário em bancos de primeira linha. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **\* Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável. **\* Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, elas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais pelo fato de não haver processos ou reclamações processuais em que a Sociedade é diretamente responsabilizada nas esferas: cível, trabalhista e tributária. A Sociedade possui uma ação popular movida por C. H. com o objetivo de obter a declaração de nulidade dos atos de encerramento de aulas e de substituição do plano pedagógico da Escola de Música do Auditório, com valor de causa atribuído em R\$1.500.000,00, classificada como perda possível, mas com emissão de Parecer do Ministério Público de São Paulo opinando-se de maneira favorável, em sede preliminar, à extinção do processo e, no mérito, à improcedência da ação popular. A Sociedade, nos termos da legislação trabalhista vigente, pode, eventualmente, ser acionada por conta de processos ou reclamações trabalhistas movidas por empregados de empresas por ela subcontratadas, e não sanadas pela empresa responsável, sem prejuízo da análise de mérito. As referidas reclamações foram classificadas pela Administração com risco de perda possível, tendo como base a opinião de seus Assessores Jurídicos e, portanto, não foi realizado o provisionamento de valores. Adicionalmente, a Sociedade adota mecanismos para que suas subcontratadas sigam a legislação trabalhista, além de realizar retenção de valores a título de caução como forma de mitigar sua exposição nos processos. O saldo desses processos em 31 de dezembro de 2022 é o montante R\$ 1.384, e **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formadas por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento da Outorga Fixa, já realizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e é amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens atrelados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre os empréstimos e gastos pertinentes às melhorias previstas no objeto da Concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. Trata-se de intervenções reversíveis ao bem público, nos termos da legislação aplicável e dos encargos do Contrato de Concessão. O intangível em constituição, portanto, segue a lógica de arcar com os referidos encargos e gerar fluxo de caixa futuro. Além disso, valores gastos a título de estudos, projetos e planos estatutários, entre outros, também foram adicionados ao intangível. **d. Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas médias de depreciação aplicadas estão demonstradas na nota explicativa nº 12. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 16. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade celebrou o contrato para cessão do direito de uso da área de Estacionamento, para fins de investimento, modernização e exploração econômica, mediante pagamento de taxa de adesão à infraestrutura na assinatura do contrato e pagamentos recorrentes anuais. A apropriação da receita oriunda do pagamento upfront é realizada pelo período do contrato. O valor pago é classificado como passivo circulante e, quando superior a 12 meses após a data do balanço, como passivo não circulante. Isso foi feito com o contrato de cessão de área para instalação futura de infraestrutura de distribuição de sinal de telefonia. Nota 17. **g. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere à Concessionária o direito de controle de uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui o direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é efetuada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que deverá ser apurado sobre a Receita Operacional Bruta. Há duas outorgas variáveis, uma de percentual fixo de 1,12% e outra variável, que pode ir de 1% a 10%, mediante avaliação de indicadores de desempenho determinados conforme anexo V do Contrato. Neste caso, não há ativação do custo no Intangível, sendo contabilizada como custo operacional de cada exercício no resultado operacional da Sociedade. **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são

**Demonstrações do resultado** (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Acumulado		Acumulado do exercício anterior
	Nota	31/12/2022	
<b>Receita operacional líquida</b>			
Custos dos serviços prestados	21	(48.525)	(29.700)
<b>Lucro/Prejuízo bruto (Despesa) e receitas operacionais</b>		26.915	4.951
Despesas comerciais, gerais e administrativas	22	(13.387)	(9.181)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	302	35
Resultado com equivalência patrimonial	10	(1)	–
		(13.086)	(9.146)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<b>13.829</b>	<b>(4.195)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	23	1.154	162
Despesas financeiras	23	(3.740)	(627)
		(2.586)	(465)
<b>Lucro (Prejuízo) antes do IR e da CSLL</b>		<b>11.243</b>	<b>(4.660)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(441)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(455)	1.574
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>10.347</b>	<b>(3.086)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do resultado abrangente** (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Acumulado		Acumulado do exercício anterior
	Nota	31/12/2022	
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		10.347	(3.086)
Outros resultados abrangentes		–	–
<b>Total do Resultado abrangente do exercício</b>		<b>10.347</b>	<b>(3.086)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstração de fluxo de caixa** (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Acumulado		Acumulado do exercício anterior
	Nota	31/12/2022	
<b>Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		11.243	(4.660)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>			
Apropriação de encargos sobre mútuos		468	358
Apropriação de encargos sobre empréstimos	14.140	133	–
Amortização do Intangível	3.987	2.309	–
Depreciação	372	56	–
Outras provisões	(4.260)	828	–
	34.470	(976)	–

**Variações nas contas patrimoniais**

Clientes	17.601	(116.928)
Impostos e contribuições a recuperar	(14)	(28)
Adiantamentos a fornecedores	(552)	(63)
Adiantamentos a colaboradores	–	11
Despesas antecipadas	(3.090)	26
Depósitos judiciais	(30)	–
Fornecedores	5.325	2.392
Obrigações e encargos trabalhistas	2.218	776
Obrigações tributárias	1.167	746
Imposto de renda e contribuição social	(441)	–
Adiantamentos de clientes	(20.225)	116.237
Adiantamentos de outorga	(2.249)	(2.248)
Obrigações ao poder concedente	243	318
	(47)	666
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>34.423</b>	<b>(310)</b>
Juros pagos	(10.881)	–

**Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

Integralização de capital nas coligadas	(9)	–
Custo de ativação do intangível	(111.048)	(37.853)
Aquisições do imobilizado	(3.931)	(1.474)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(125.869)</b>	<b>(39.327)</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros**

Captação de empréstimo e financiamento	95.945	68.550
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6.670)	–
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos</b>	<b>89.275</b>	<b>68.550</b>

**Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas**

Capital social	16.486	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(705)	(48.836)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos</b>	<b>15.781</b>	<b>(48.836)</b>
<b>Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.610</b>	<b>(19.923)</b>

**Caixa e equivalentes de caixa**

No início do período	1.483	21.406
No final do período	13.093	1.483
<b>Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.610</b>	<b>(19.923)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

**Demonstrações do valor adicionado** (Em milhares de reais)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	Acumulado		Acumulado do exercício anterior
	Nota	31/12/2022	
<b>Receitas</b>			
Gestão de parques	74.435	23.384	–
Outras receitas	8.238	14.710	–
	82.673	38.094	–
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos dos serviços prestados	(42.103)	(27.671)	–
	(42.103)	(27.671)	–
<b>Valor adicionado bruto</b>		40.570	10.423
Depreciação e amortização	(4.018)	(2.147)	–
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>		36.552	8.276
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	(1)	–	–
Receitas financeiras	1.210	170	–
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		37.761	8.446
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		37.761	8.446
<b>Pessoal e encargos:</b>			
Remuneração direta	4.039	4.677	–
Benefícios	1.804	926	–
FGTS	1.353	552	–
	7.196	6.155	–
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>			
Federais	11.276	3.383	–
Estaduais	120	9	–
Municipais	1.271	437	–
	12.667	3.829	–
<b>Remuneração de capital de terceiros:</b>			



**\* continuação**

Itens 97 e 98. • Estabeleceu-se o critério de segregação do valor da outorga por cada parque: • Foi desenvolvido uma projeção do benefício econômico de cada parque, de acordo com a quantidade de usuários que visitam os parques, conforme citado no anexo Anexo VI - Plano de Negócio de Referência do Contrato de Concessão nº 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"); • O ativo intangível da concessão é amortizado de maneira proporcional ao benefício econômico projetado, a partir do momento em que os parques foram assumidos pela Sociedade, ou seja, quando iniciado o seu uso; • Os juros capitalizados referem-se aos juros sobre empréstimos com terceiros, conforme nota 13. A parcela capitalizada foi calculada de maneira proporcional ao capital de terceiros aplicado como forma de investimentos em cada parque. A partir do momento em que esses investimentos são concluídos, gerando potenciais benefícios econômicos à Sociedade, a parcela de sua demanda passa a ser considerada na proporção do cálculo dos juros contabilizados como despesa financeira; • Gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral que contribuirão para a determinação futura do intangível, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. • Taxa média utilizada a amortização no trimestre:

	Jacinto	Jardim
Taxa média exclusiva	2,446%	2,330%
Taxa média comum	2,402%	0,010%

**a) Composição:**

	31/12/2022	31/12/2021
Direito de outorga da concessão	70.500	66.574
Material	13.218	4.699
Melhorias de infraestrutura	97.469	11.899
Desenvolvimento	23.008	(402)
Juros capitalizados	21.414	(573)
IOF capitalizados	1.820	(48)
IOF capitalizados	227.429	(6.772)
Softwares	4.711	-

**b) Movimentação:**

	31/12/2021	Adições	Amortização	31/12/2022
Direito de outorga da concessão	68.374	8.519	(1.723)	66.574
Material	179	383	(45)	517
Melhorias de infraestrutura	28.242	68.816	(1.488)	95.570
Desenvolvimento	5.630	17.306	(330)	22.606
Capitalização de juros	8.847	12.395	(401)	20.841
Capitalização de IOF	1.532	285	(45)	1.772
IOF capitalizados	117.324	107.321	(3.987)	220.658
Softwares	984	3.727	-	4.711
	984	3.727	-	4.711

**12. Ativo imobilizado:**

**a) Composição**

	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	3.812	3.800
Móveis e utensílios	581	(64)
Equipamentos de informática	1.141	(142)
Veículos	8	(3)
Instalações	85	(10)
	5.627	(431)

**b) Movimentação:**

	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	1.088	2.703	(191)	3.600
Móveis e utensílios	179	383	(45)	517
Equipamentos de informática	305	821	(127)	999
Veículos	6	-	(1)	5
Instalações	59	24	(8)	75
	1.637	3.931	(372)	5.196

**13. Empréstimos e financiamentos:**

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento
Banco Bradesco S.A.	Capital de Giro	CDI + 3,02 % a.a.	15.272	15.198	11/01/2023
Banco Bradesco S.A.	Capital de Giro	CDI + 3,02 % a.a.	53.364	53.254	28/01/2023
Banco Bradesco S.A.	Capital de Giro	CDI + 3,02 % a.a.	19.584	-	12/01/2023
Banco Bradesco S.A.	Conta garantida	CDI + 4,89 % a.a.	-	-	31/12/2023
Itaú S.A.	Debêntures	CDI + 3,27 % a.a.	70.491	-	12/12/2032
Daycoval Leasing - Banco Multiplii S.A.	Leasing	-	152	231	-
Banco Santander S.A.	Leasing	-	354	-	-
			159.217	68.683	-
			88.856	68.531	-
			70.361	152	-
			638	9.731	-
			171	785	-
			(5.979)	(3.087)	-
			(922)	(317)	-
			75.440	34.651	-

**14. Obrigações trabalhistas:**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de férias	-	1.487
Salários a pagar	-	888
Provisão de encargos sobre férias	-	557

**15. Obrigações tributárias:**

Impostos sobre vendas PIS/COFINS/CSLL retidos IRPJ e CSLL a pagar INSS a pagar ISS retido Imposto de renda retido

**16. Adiantamento de clientes:**

Patrocínio Cessão de espaço Infraestrutura

**17. Adiantamento de outorga**

Outorga de estacionamento Circulante Não circulante

**19. Patrimônio Líquido: 19.1. Capital social:**

O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados parcialmente. Em 20 de maio a Construcap integralizou o montante de 16.385, tendo então esta Sociedade 100% do seu capital integralizado neste período. 19.2. Reserva de lucros: Reserva legal: Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. 19.3. Dividendos: A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido por levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Conforme a Escritura da Emissão de Debêntures, o pagamento de dividendos pela Sociedade só poderá ocorrer após a conclusão Físico-Financeira do Projeto, portanto, a partir do encerramento do ano de 2024, ou caso não esteja em curso qualquer inadimplemento de suas obrigações, desde que (i) os Investimentos Obrigatórios estejam finalizados; (ii) não haja qualquer inadimplemento (pecuniário ou não) da Emissora e/ou da Fiadora no âmbito da Escritura; e (iii) a Emissora comprove situação economicamente favorável, sendo certo que a posterior liberação para distribuição de dividendos não poderá gerar um Eleito Adverso Relevante, nos termos da Escritura. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos. 19.4. Lucro por ação: A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro/prejuízo por ação básico e diluído

31/12/2022	31/12/2021
3.915	1.697

31/12/2022	31/12/2021
526	5
400	152
241	-
178	116
80	64
41	21
1.466	358

31/12/2022	31/12/2021
95.496	115.895
1.006	765
861	928
97.363	117.588
30.817	27.131
66.546	90.457

31/12/2022	31/12/2021
40.300	42.549
2.248	2.244
38.052	40.305

31/12/2022	31/12/2021
2.234	1.213
3.240	-
5.474	1.213

31/12/2022	31/12/2021
32.871	32.871
10.347	(3.086)
0.31478	(0.09398)

**20. Receita operacional líquida**

Cessão de uso de espaço Publicidade e patrocínio Eventos e atividades Tecnologia Construção Locação de equipamentos Reequilíbrio Outros Tributos sobre vendas Outorga sobre vendas

**21. Custos dos serviços prestados:**

Serviços prestados Pessoal Amortização Materiais Seguros Aluguéis Outros

**22. Despesas comerciais, gerais e administrativas:**

Despesas com pessoal Serviços prestados Impostos e taxas Materiais Aluguéis Despesas não dedutíveis Seguros Depreciação Outras despesas

**23. Receitas e despesas financeiras:**

Receitas financeiras: Juros sobre aplicações financeiras Descontos obtido Impostos sobre receitas financeiras Outros

Despesas financeiras: Encargos sobre empréstimos Outras despesas financeiras

31/12/2022	31/12/2021
(27.123)	(20.838)
(6.083)	(3.653)
(3.987)	(2.909)
(1.255)	(791)
(710)	(572)
(3.465)	(667)
(5.902)	(870)
(48.525)	(29.700)

31/12/2022	31/12/2021
(5.537)	(4.384)
(6.474)	(4.201)
(375)	(114)
(1175)	(71)
(331)	(245)
(7)	(29)
(36)	(14)
(344)	(51)
(172)	(36)
(13.387)	(9.146)

31/12/2022	31/12/2021
657	132
2	33
(56)	(8)
551	5
1.154	162
1.866	(491)
(1.874)	(136)
(3.740)	(627)

**24. Imposto de renda e contribuição social corrente:**

Descrição: Lucro antes das provisões tributárias: Adições Excluídas Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro fiscal (-) Compensação do IRPJ sobre prejuízos fiscais Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro fiscal após compensação dos prejuízos fiscais Abatimentos dedutíveis para fins de IRPJ Abatimentos dedutíveis para fins de CSLL Imposto de renda de pessoa jurídica - corrente Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente

31/12/2022	31/12/2021
11.243	499
(7.286)	-
4.656	(1.337)
3.119	-
403	192
(353)	(89)
(441)	-

**24.2. Imposto de renda e contribuição social diferido**

Descrição: Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior Movimentação da base do diferido, líquidos Base ajustada No Ativo não circulante IRPJ CSLL

31/12/2022	31/12/2021
(13.592)	(8.962)
1.337	(4.630)
(12.255)	(13.592)
3.064	3.398
1.103	1.223
4.167	4.621

**Na demonstração de resultados**

31/12/2022	31/12/2021
(334)	1.158
(29)	417
(455)	1.574

**26. Seguros (não auditado):**

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A cobertura de seguros são as seguintes:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Provável	50%	25%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	12.935	CDI	657	329	164	(164)	(329)
Empréstimos e financiamentos	(159.217)	CDI	14.141	7.071	3.535	(3.535)	(7.071)

**Companhia**

Companhia	Modalidade	Vencimento das Apólices	Cobertura em (Milhares de R\$)
Berkley International Do Brasil Seguros	Responsabilidade Civil Geral	10/01/2023	5.000
Swiss Re Corporate Solutions Brasil	Responsabilidade Civil Geral	19/11/2023	20.000
Liberty Seguros	Responsabilidade Civil Geral	19/11/2023	31.500
Potencial Seguradora S.A.	Riscos Operacionais	06/02/2023	77.610
			134.110

**27. Obrigações e compromissos com o poder concedente:**

A Sociedade terá como principais obrigações, conforme cláusula 13º do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacinto Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão integral dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando a boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todos os obrigações estabelecidas no Contrato e seus Anexos. De maneira geral podemos dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços e atividades funcionais e adequados. Dentro das atividades operacionais, ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionadas nos nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, 'Encargos e Operação e Gestão', do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra e engenharia previstas no item 4 do Anexo III, denominado Encargos de Obra. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque e, com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou elativas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar mobiliários, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante. 28. Eventos subsequentes: Em 29 de dezembro de 2022, a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. assinou, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Contrato de Financiamento que disponibiliza crédito com a finalidade de apoio à requalificação dos parques urbanos Ibirapuera, Jacinto Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, que compõem Zonas Especiais de Interesse de Proteção Ambiental, no âmbito do Contrato de Concessão 057/SVMA/2019. O montante será desembolsado de maneira parcelada, conforme as condições de liberação previstas, e está dividido em dois Subcréditos, sendo R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) por recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) e R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) oriundos do FINEM. Esta operação não só qualifica a estrutura de capital da Sociedade, como reforça seu compromisso socioambiental. Após cumprir as exigências previstas em Contrato junto ao BNDES, em 15 de março de 2023, o valor de R\$ 71.500.000,00 (setenta e um milhões e quinhentos mil reais) da linha de crédito foi desembolsado para a Sociedade, respeitada as proporções dos Subcréditos. Em 05 de janeiro de 2023, a Sociedade liquidou o empréstimo, na modalidade de capital giro, contratado junto ao Banco Bradesco, referente ao Contrato nº 237/2372/2611. Em 17 de fevereiro de 2023, foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures, no qual foi formalizada a não emissão da Segunda Série de Debêntures, como resultado do Procedimento de Bookbuilding realizado na forma da Escritura de Debêntures. Em 15 de março de 2023, a Sociedade liquidou o empréstimo, na modalidade de capital giro, contratado junto ao Banco Bradesco, referente ao Contrato 237/2372/1712. Em 15 de março de 2023, a sociedade liquidou o empréstimo, na modalidade de capital giro, contratado junto ao Banco Bradesco, referente ao Contrato 237/2372/1701. O restante dos valores aprovados pela BNDES serão desembolsados trimestralmente, mediante comprovações financeiras, até o limite aprovado, de modo a trazer frente aos investimentos futuros necessários ao cumprimento dos Programas de Intervenção nos Parques sob sua gestão.

**Responsável Técnico pelas Informações Contábeis**

Lucimeire Lopes Muller - Contadora - CRC ISP 271740/O-3

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis da Sociedade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos aos nossos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

envolve a utilização de premissas e um grau de julgamento que, consequentemente, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: • Entendimento do ambiente de controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados no ativo intangível; • Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo intangível e sua elegibilidade à capitalização bem como critérios de rateio; • Com base em amostragem, para adições ocorridas no ativo intangível durante o ano de 2022, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do período, bem como a natureza desses investimentos. Os resultados alcançados pelos procedimentos de auditoria anteriormente mencionados estão consistentes com a avaliação da Administração apresentados nas divulgações das notas explicativas, sem identificação de ajuste ou falhas relevantes nos controles internos. Outros assuntos: Demonstrações de Valor Adicionado (DVA): As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração





Empresa de Transmissão  
Baiana S.A.



## ETB - Empresa Transmissora Baiana S.A.

CNPJ nº 24.870.961/0001-15

**Aviso:** As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas independentemente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: [www.etbenergia.com.br](http://www.etbenergia.com.br), <https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/>

### Relatório da Administração

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

### Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	<b>243.706</b>	<b>251.270</b>	<b>Circulante</b>	<b>67.096</b>	<b>115.136</b>
Caixa e equivalentes de caixa	49	713	Salários, férias e encargos sociais	2.163	1.525
Investimentos de curto prazo	19.665	54.048	Fornecedores	6.469	7.363
Concessionárias e permissionárias	36.102	20.611	Debêntures	15.526	14.546
Impostos a recuperar	4.588	1.220	Tributos e contribuições sociais a recolher	5.728	3.207
Adiantamento a fornecedores	32.383	33.194	Provisões pré-operacionais	2.688	37.327
Ativo contratual da concessão	150.764	141.360	Arrendamentos a pagar	235	581
Outros ativos	155	124	Adiantamento de clientes	16.373	8.666
<b>Não Circulante</b>	<b>1.421.851</b>	<b>1.381.801</b>	Dividendos a pagar	2.582	26.717
Concessionárias e permissionárias	46	3	Contribuições diferidas	13.946	13.075
Ativo contratual da concessão	1.420.185	1.380.933	Outros passivos	1.386	2.129
Depósitos judiciais	194	46	<b>Não Circulante</b>	<b>1.246.873</b>	<b>1.135.509</b>
Direito de uso sobre arrendamento	1.106	819	Debêntures	892.402	840.527
Imobilizado	320	-	Provisões pré-operacionais	30.952	-
			Arrendamentos a pagar	979	270
			Adiantamento de clientes	15.633	5.389
			Contribuições diferidas	131.367	127.736
			Imposto de renda e contribuição social diferidos	174.315	161.527
			Provisão para contingências	47	60
			Outros passivos	1.178	-
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>351.588</b>	<b>382.426</b>
			Capital social	100.244	100.244
			Reservas de lucros	251.344	282.182
			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.665.557</b>	<b>1.633.071</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.665.557</b>	<b>1.633.071</b>			

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Descrição	(Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros acumulados	Lucros
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>100.244</b>	<b>13.594</b>	<b>26.695</b>	<b>198.064</b>	<b>-</b>	<b>338.597</b>
Dividendos adicionais	-	-	(26.695)	(15.250)	-	(41.945)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	112.491
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	5.624	-	-	(5.624)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(26.717)	(26.717)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	80.150	(80.150)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>100.244</b>	<b>19.218</b>	<b>-</b>	<b>182.814</b>	<b>80.150</b>	<b>382.426</b>
Dividendos intercalares conforme ata de 14/01/2022	-	-	-	-	(3.283)	(3.283)
Dividendos complementares conforme ata de 24/05/2022	-	-	-	-	(41.000)	(41.000)
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	-	(6.135)	(35.867)	(42.002)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	73.030
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	830	-	-	(830)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.582)	(2.582)
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	1.868	-	(1.868)	-
Dividendos intercalares conforme ata de 15/12/2022	-	-	-	-	(15.001)	(15.001)
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	52.749	(52.749)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>100.244</b>	<b>20.048</b>	<b>1.868</b>	<b>229.428</b>	<b>-</b>	<b>351.588</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

**1. Contexto operacional:** A ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. ("Companhia" ou "ETB"), com sede na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, conjunto 151, Sala U, Vila Olímpia - São Paulo - SP, foi constituída em 24 de maio de 2016 e tem como propósito específico planejar, implantar, construir, operar e manter infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A., que detém 51% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Parfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura detém 49% das ações ordinárias. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente ou seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão			
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)
011/2016	30	2046	RS 171.476

(\*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial que será reajustada anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2022-2023, conforme resolução homologatória nº 3.067. Em 24 de julho de 2020 a Companhia obteve autorização para início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Juazeiro III - Ouralândia II e em 23 de outubro de 2020, recebeu do ONS, na mesma data, o Termo de Liberação Definitivo - TLD, autorizando o início da operação comercial do trecho composto pela Linha de Transmissão de 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Genlino do Ouro II, a partir de 16 de outubro. O Contrato de Concessão estabeleceu que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa "Ativo contratual da concessão".

**1.1 Impactos da COVID-19:** Os negócios da Companhia apresentaram receita preservada, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de energia, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Normas Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base no modelo de custo de aquisição de ativos e passivos. A análise do risco de crédito e de outros riscos de desempenho, acrescidos de margem, em parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada. **Determinação da margem de lucro:** A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra. A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. **Determinação da taxa de desconto do ativo contratual:** A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica - RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado. **Determinação das receitas de implementação de infraestrutura:** Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pela valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando

a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços. **PV (Parcela variável):** A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PVs históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico. **3.1. Resumo das principais práticas contábeis:** **3.1.1 Reconhecimento da receita:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado, por possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: **3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura:** Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financia o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício. A receita de juros decorrente de aplicações suficientes é calculada com base no custo de aquisição e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações suficientes é calculada com base no custo de aquisição e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.1.3 Receitas de operação e manutenção:** As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios. As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante. **3.1.4 Receitas de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações suficientes é calculada com base no custo de aquisição e também dos tributos e encargos regulatórios. **3.2 Ativo contratual da concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que os concessionários recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 9,50% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA. A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como: **3.2.1 Ativos de Concessão:** Concessionárias e permissionárias; **3.2.2 Ativos de Juros:** A receita de juros decorrente de aplicações suficientes é transferida para concessionárias e permissionárias. O valor do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois não mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. **3.3 Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como "valor justo por meio do resultado". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.4 Provisão para redução ao valor de recuperar de ativos:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5 Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivos financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contradas sujeitas a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **3.6 Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7 Encargos regulatórios:** Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energia (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica "Contribuições e encargos regulatórios diferidos", conforme período previsto para a realização dos investimentos. **3.8 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas:** As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de

### Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção	27.248	22.593
Remuneração ativo contratual da concessão	207.510	259.682
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>234.758</b>	<b>282.275</b>
<b>Custos Operacionais</b>		
Custo de infraestrutura	-	(4.798)
Custo dos serviços prestados	(6.849)	(10.620)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>227.909</b>	<b>266.857</b>
<b>Despesas Operacionais</b>		
Administrativas e gerais	(1.267)	(1.553)
Pessoal	(2.259)	(1.786)
Outras receitas	75	127
Outras despesas	(28.234)	-
<b>(31.685)</b>	<b>(3.212)</b>	
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>196.224</b>	<b>263.645</b>
Despesas financeiras	(113.789)	(143.379)
Receitas financeiras	4.064	2.044
<b>(109.725)</b>	<b>(141.335)</b>	
<b>Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>86.499</b>	<b>122.310</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(681)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.788)	(9.819)
<b>(13.469)</b>	<b>(9.819)</b>	
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>73.030</b>	<b>112.491</b>

### Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>73.030</b>	<b>112.491</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>73.030</b>	<b>112.491</b>

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	86.499	122.310
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>		
Depreciação e amortização	355	589
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	99.393	126.641
Outras variações monetárias	5	-
Receita de aplicações financeiras	(4.047)	(2.186)
Descontos financeiros obtidos	(1)	(2)
Contribuições diferidas	4.502	13.819
Provisão para contingências	-	60
Reversão de contingências	(18)	-
<b>186.688</b>	<b>261.231</b>	
<b>Aumento no ativo</b>		
Concessionárias e permissionárias	(15.534)	(1.901)
Impostos a recuperar	(3.368)	4.761
Ativo contratual da concessão	(48.656)	(149.380)
Adiantamento a fornecedores	811	(12.616)
Outros ativos	(179)	(10)
<b>(66.926)</b>	<b>(159.146)</b>	
<b>Aumento no passivo</b>		
Fornecedores	(893)	(6.731)
Salários, férias e encargos sociais	638	(87)
Tributos e contribuições sociais a recolher	3.202	(89)
Provisões pré-operacionais	(3.687)	(6.726)
Adiantamento de clientes	17.951	12.458
Outros passivos	301	1.677
<b>17.512</b>	<b>502</b>	
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(1.364)	-
<b>135.910</b>	<b>102.587</b>	
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgates de investimento de curto prazo	207.038	182.296
Aplicações em investimento de curto prazo	(168.608)	(162.335)
Aplicações no imobilizado	(920)	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>38.110</b>	<b>19.961</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamento de dividendos	(128.001)	(79.631)
Pagamento de principal e juros de arrendamentos	(436)	(715)
Amortização e pagamento de juros de debêntures	(46.247)	(41.800)
<b>Caixa</b>		



DREEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ nº 43.822.995/0001-89

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais. Table with columns for 2022, 2021, and 2021, and rows for Circulante, Permanente, and Total do ativo.

Notas explicativas da administração à demonstração contábil em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1 Contexto Operacional: A Dreen Engenharia S/A é uma sociedade anônima, constituída no dia 18 de novembro de 2021, com sede localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1493, Edifício Berrini 1511, 06º andar, conjuntos 61 e 61, sala 05, Cidade Monções, CEP 04574-011, São Paulo, A Companhia atua no ramo de construção de obras e serviços de engenharia civil, por conta própria ou de terceiros...

5 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais Políticas Contábeis: As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações anuais.

7 Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa em 31 de dezembro de 2022: R\$ 128 mil; em 31 de dezembro de 2021: R\$ 128 mil.

8 Contas a Receber e Outros Recebíveis: Saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$ 15.000 mil; em 31 de dezembro de 2021: R\$ 15.000 mil.

9 Imobilizado: Saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$ 31.181 mil; em 31 de dezembro de 2021: R\$ 31.055 mil.

10 Intangível: Saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$ 16.041 mil; em 31 de dezembro de 2021: R\$ 16.064 mil.

11 Capital Social: Saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$ 128 mil; em 31 de dezembro de 2021: R\$ 128 mil.

12 Instrumentos Financeiros: A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação.

13 Outras Informações: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

14 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

15 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

16 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

17 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

18 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

19 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

20 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

21 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

22 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

23 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

24 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

25 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

26 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

27 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

28 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

29 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

30 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

31 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

32 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

33 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

34 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

35 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

36 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

37 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

38 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

39 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

40 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

41 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

42 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

43 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

44 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

45 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

46 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

47 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

48 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

49 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

50 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

51 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

52 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

53 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

54 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

55 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

56 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

57 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

58 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

59 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

60 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

61 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

62 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

63 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

64 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

65 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

66 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

67 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

68 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

69 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

70 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

71 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

72 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

73 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

74 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

75 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

76 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

77 Riscos de Mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

Demonstração do resultado e do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

Table showing income statement data for 2022 and 2021, including Receita operacional líquida, Custo dos serviços prestados, Despesas operacionais, and Lucro líquido.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - Em milhares de reais

Table showing equity changes for 2022 and 2021, including Integralização de capital, Prejuízo do exercício, and Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Table showing cash flow from operations for 2022 and 2021, including Resultado do exercício, Depreciação, and Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Table showing cash flow from investing for 2022 and 2021, including Integralização de capital, Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa, and Saldo em 31 de dezembro de 2022.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Table showing cash flow from financing for 2022 and 2021, including Saldo em 31 de dezembro de 2021, Adições, and Saldo em 31 de dezembro de 2022.

11 Capital Social

Table showing capital structure for 2022 and 2021, including Participação, Ações, and Capital Integralizado.

12 Instrumentos Financeiros

A entidade não contrata operações envolvendo derivativos ou qualquer outro risco ativo com fins de especulação.

13 Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

14 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

15 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

16 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

17 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

18 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

19 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

20 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

21 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

22 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

23 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

24 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

25 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

26 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

27 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

28 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

29 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

30 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

31 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

32 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

33 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

34 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

35 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

36 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

37 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

38 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

39 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

40 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

41 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

42 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

43 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

44 Riscos de Mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia é exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 79ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 5 de maio de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisec.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados. São Paulo, 04 de abril de 2023 Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Oitogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (Oitogésima Segunda) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 82ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 19 de junho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRIs", "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula de 12.3 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisec.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados. São Paulo, 04 de abril de 2023 Bari Securitizadora S.A.

Bari Securitizadora S.A.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Oitogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) Emissão da Bari Securitizadora S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Oitogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 83ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 14 de julho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participarem da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas ("Assamblea"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução



## IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO CNPJ/ME nº 76.486.463/0001-77

### NIRE 4130001199-1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ficam comunicados os Senhores acionistas que as demonstrações financeiras se encontram à disposição na sede social, nos termos do artigo 133 da Lei 6.404/76.  
Curitiba, 03 de abril de 2023.  
(Ass.) PAULO ROBERTO PIZANI

## HERES PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 22.554.410/0001-17  
Demonstrações Contábeis Condensadas pela Legislação Societária em 31 de Dezembro (Valores em milhares de reais)

Balanço Patrimonial para os Exercícios Finais em 31 de Dezembro (Valores em milhares de reais - R\$)				Demonstração do Resultado para os Exercícios Finais em 31 de Dezembro (Valores em milhares de reais - R\$)			
Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3	4	Fornecedores	6	6	8
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3</b>	<b>4</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>7</b>	<b>8</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Adiantamentos para aumento de capital	7.1	18.033	17.001
				Reserva de lucros	7.2	0	1.032
				Ajustes de avaliação patrimonial	7.3	17.519	9.955
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>36.489</b>	<b>28.943</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>36.495</b>	<b>28.949</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.  
As demonstrações financeiras completas, findas em 31 de dezembro de 2022 e as notas explicativas na íntegra, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Diretoria Espólio de Hilda Persinotti Lanzi p.p. Miriam Persinotti Lanzi

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores em milhares de reais - R\$)

Notas	2022	2021
<b>Resultado operacional líquido</b>		
Receita de equivalência em investimento em controlada	5	11.721
Despesas operacionais e administrativas	8	(67)
<b>Recursos disponíveis</b>		
Despesas financeiras	9	(2)
<b>Lucro líquido do IR e da CS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Controlador: Marcelo de Castro Cincin - CRC 1SP260428/O-4

## TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS IX S.A.

CNPJ/ME nº 44.946.561/0001-53 - NIRE 35300584830  
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2023

**1. DATA, HORA E LOCAL:** No dia 22 de março de 2023, às 17h00, na sede social da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS IX S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 33, Itaim Bibi, CEP 04532-001. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme asseveradas no livro de presença de acionistas. **3. MESA:** Vinícius Bernardes Basile Silveira Stoga (Presidente); e Thais de Castro Monteiro (Secretária). **(1) ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a 1ª (primeira) emissão, pela Companhia ("Emissão 1"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries para colocação privada, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o valor total de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), distribuídas entre as debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), as debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures"), cujas características estão descritas na "Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para a Colocação Privada, da Princesia Educação Securitizadora S.A.", ("Escritura"), total da colocação entre a Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"); (ii) a alteração da denominação social da Companhia; e (iii) a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos ou ratifique os atos já praticados e celebre todos os documentos, inclusive aditamentos, se por o caso, necessários para a efetivação da Emissão e da Oferta. **4. DELIBERAÇÕES:** Por voto unânime dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, que determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas, conforme atribuições previstas nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações: (i) foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia, com as seguintes características principais: (a) Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será definida na Escritura ("Data de Emissão"); (b) Tipo de Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na Data de Emissão; (c) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures da Primeira Série e 10.000 (dez mil) Debêntures da Segunda Série; (d) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (e) Número de Séries: A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série são doravante denominadas "Debêntures da Primeira Série" e as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série são doravante denominadas "Debêntures da Segunda Série". As Debêntures da Segunda Série serão subordinadas às Debêntures da Primeira Série no recebimento de todos e quaisquer valores e que os titulares das Debêntures da Segunda Série façam jus, incluindo na hipótese de vencimento antecipado mediante um Evento de Resgate Antecipado Compulsório e no recebimento do produto de eventual execução da garantia; (f) Regime de Distribuição: A titularidade das Debêntures: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de caules ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato das Debêntures emitido pelo Escriturador; Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), será expedido extrato em nome do titular das Debêntures ("Debenturista") que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; (g) Prazo e Data de Vencimento: Observado o disposto na Escritura e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate das Debêntures previstas na Escritura, as Debêntures têm prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de março de 2028 ("Data de Vencimento"); (h) Depósito para Distribuição e Negociação: As Debêntures serão depositadas para: (a) distribuição no mercado primário, por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operado pela B3, sendo a formatação liquidada financeira por meio do MDA; (b) distribuição no mercado secundário, por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operado pela B3, sendo as operações liquidadas financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3; (i) Regime de Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão colocadas em oferta, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ao registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), sendo (i) 40.000 (quarenta mil) Debêntures da Primeira Série; e (ii) 10.000 (dez mil) Debêntures da Segunda Série, nos termos da Escritura; (j) Conversibilidade: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza; (k) Espécie: As Debêntures serão da espécie quirografária, não conversíveis em ações, não convertíveis em debêntures e não contábil com quaisquer garantias; (m) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (n) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda Série" ou "Remuneração") correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (<http://www.b3.com.br>), acrescida do spread correspondente a 4,0% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série (ou sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso), desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido na Escritura) ou a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série conforme definido abaixo), conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização; (o) Pagamento da Remuneração das Debêntures: Resalvadas as hipóteses de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida na Escritura), e de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série ou Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures da Primeira Série ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura, a Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 20 (vinte), conforme tabela abaixo, com 6 (seis) meses de carência. A partir da Data de Emissão, sem o cancelamento do contrato com quaisquer garantias; (p) Atualização Monetária das Debêntures: O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido monetariamente; (q) Remuneração das Debêntures: As Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de participação correspondente à receita dos Créditos (conforme definido na Escritura), se houver, na Data de Vencimento, após o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ("Prêmio de Participação"). As Debêntures da Segunda Série farão jus a uma remuneração ("Remuneração da Segunda





# Governo vai liberar R\$ 150 milhões para ampliar rondas escolares

## Governo promete medidas para promover cultura de paz após ataque em creche

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai assinar a criação de um grupo de trabalho interministerial para propor ações de promoção à cultura de paz e combate à violência na sociedade. O anúncio foi feito pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), Paulo Pimenta, em meio à consternação pelo ataque a uma creche, em Blumenau (SC), que resultou na morte de quatro crianças, na manhã da quarta-feira (5).

“O presidente ficou muito consternado com o que aconteceu em Blumenau e está acompanhando passo a passo todo o desenrolar da situação”, afirmou Pimenta em conversa com jornalistas, no Palácio do Planalto. Segundo ele, o grupo de trabalho será formado pelos ministérios da Educação, Justiça e Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria-Geral da Presidência.

Durante a manhã, um homem de aproximadamente 25 anos de idade invadiu a creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), no Vale do Itajaí, matando quatro crianças ferindo pelo menos outras três. A Polícia Civil informou que o autor do atentado foi preso após se entregar na central de plantão policial da região.

O atentado é o segundo em pouco mais de uma semana. No último dia 27 de março, a professora Elizabeth

Tenreiro, 71 anos, morreu após ser esfaqueada na Escola Estadual Thomazia Montoro, no bairro Vila Sônia, em São Paulo. Um adolescente de 13 anos, responsável pelo ataque, foi apreendido.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prestou, na terça-feira (5), condolências às famílias das vítimas do atentado ocorrido na creche de Blumenau.

“Não há dor maior que a de uma família que perde seus filhos ou netos, ainda mais em um ato de violência contra crianças inocentes e indefesas. Meus sentimentos e preces para as famílias das vítimas e comunidade de Blumenau diante da monstruosidade ocorrida na creche Bom Pastor”, postou o presidente por meio de sua conta no Twitter.

Na sequência, Lula disse que “para qualquer ser humano que tenha o sentimento cristão, uma tragédia como essa é inaceitável, um comportamento, um ato absurdo de ódio e covardia como esse”.

De acordo com o ministro Paulo Pimenta, Lula recebeu manifestações de solidariedade por parte de outros líderes latino-americanos, durante uma videoconferência da Cúpula de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação dos presidentes do México, Argentina, Chile, Bolívia, entre outros. (Agência Brasil)

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, anunciou a liberação de R\$ 150 milhões para ampliar as patrulhas escolares em todo o país, em meio à onda de ataques a escolas e creches. Na tragédia mais recente, ocorrida na manhã da quarta-feira (5), em Blumenau (SC), um homem invadiu a creche Cantinho Bom Pastor, matando quatro crianças e ferindo pelo menos outras três. A Polícia Civil catarinense informou que o autor do atentado foi preso após se entregar na central de plantão policial da região.

“O valor inicialmente é de R\$ 150 milhões, do Fundo Nacional de Segurança Pública, destinados a estados e municípios que detêm a competência constitucional para fazer esse patrulhamento ostensivo. Os editais devem ser publicados na semana que vem”, informou Dino em

entrevista no Palácio do Planalto, após se reunir com o presidente e outros ministros. As rondas escolares correspondem ao policiamento ostensivo realizado pela Polícia Militar ou Guardas Civis nas portas e arredores de unidades escolares e creches, como forma de reforçar a segurança pública nesses locais, que concentram grande circulação de crianças e adolescentes.

Outra medida da pasta é intensificar o monitoramento de ameaças e planejamento na internet de ataques a escolas. De acordo com Flávio Dino, 50 policiais federais passarão a monitorar exclusivamente esse tipo de crime, a partir de uma central da Divisão de Operações Integradas (Diopi), vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do ministério, em apoio direto às polícias estaduais. Até então,

eram 10 policiais envolvidos neste trabalho.

No último dia 27 de março, a professora Elizabeth Tenreiro, 71 anos, morreu após ser esfaqueada na Escola Estadual Thomazia Montoro, no bairro Vila Sônia, em São Paulo. O adolescente responsável pelo ataque foi apreendido.

O ministro da Justiça defendeu o envolvimento de meios de comunicação e entidades privadas e da sociedade civil em uma grande mobilização nacional em favor da cultura de paz, que inclua, por exemplo, a adoção de protocolos em casos como esse, para se evitar uma exposição excessiva dos autores desse tipo de atentado, que buscam justamente os holofotes.

“Precisamos de regulações governamentais, em nível de decretos, projetos de lei, mas nós precisamos também da chama-

da autorregulação, protocolos. Eu, particularmente, acho que uma mega divulgação de exposição, cartas, documentos, e-mails e imagens acabam estimulando que outras pessoas repitam esse procedimento, porque funciona como uma espécie de gatilho”, observou.

Durante um evento com governadores no Palácio do Planalto, o presidente Lula falou novamente sobre o assunto e chegou a pedir um minuto de silêncio aos presidentes em homenagem às vítimas e suas famílias.

“Não tem palavra para consolar a família, quem perdeu parente sabe que não existe palavra. Mas era importante um gesto nosso, de pé, fazer um minuto de silêncio, em homenagem aos familiares dessas crianças que foram vítimas dessa barbáridade”, disse o presidente. (Agência Brasil)

## PGR envia ao Supremo mais 203 denúncias sobre atos golpistas

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou na terça-feira (4) ao Supremo Tribunal Federal (STF) denúncias contra mais 203 pessoas acusadas de incitação nos atos golpistas de 8 de janeiro, que resultaram na ampla depredação da sede dos Três Poderes da República.

Com as novas denúncias, chegam a 1.390 as acusações formais apresentadas pela PGR nos inquéritos que apuram as responsabilidades pelos atos antidemocráticos, sendo 239 relativas ao núcleo de executores, 1.150 no núcleo dos iniciadores e uma no núcleo que investiga a suposta omissão de autoridades públicas no episódio.

No núcleo maior, as pessoas estão sendo denunciadas por incitação à animosidade das Forças Armadas com os poderes constitucionais, às instituições civis e à sociedade, bem como por associação criminosa. Os crimes estão previstos nos artigos 286 e 288 do Código Penal, com penas máximas que, somadas, podem chegar a 3 anos e 3 meses de detenção.

Segundo a PGR, as denúncias apresentadas esgotam a análise

sobre a punibilidade de todas as pessoas presas no próprio 8 de janeiro, nas imediações da Praça dos Três Poderes, e no dia seguinte, em acampamento em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Até o momento, não foi denunciado nenhum financiador ou mentor dos ataques. “Eventuais casos ainda pendentes serão avaliados e as providências cabíveis, inclusive eventuais denúncias, tomadas oportunamente”, informou a PGR.

Segundo o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, que assina todas as denúncias, foi dada prioridade a esses casos porque a maior parte se tratava de pessoas presas ou alvo de alguma medida cautelar, o que impõe prazos mais curtos. “O objetivo foi evitar qualquer conjectura relativa ao excesso de prazo”, explicou em nota divulgada pela PGR.

“Ainda segundo o coordenador, com a conclusão dessa etapa, a partir de agora o grupo poderá concentrar os esforços e avançar nas investigações que buscam identificar os financiadores dos atos ou tratam da omis-

são de agentes públicos no dia dos ataques”, informa a PGR.

Até o momento, a PGR tem apresentado denúncias com textos similares, levando em conta três grupos de infratores, os que invadiram e depredaram prédios públicos; os que acamparam em frente ao Quartel-General do Exército para incitar as Forças Armadas; e as autoridades que se supostamente se omitiram diante dos acontecimentos.

Advogados e defensores públicos apontam problemas na abordagem da PGR, argumentando que ela não individualiza a narrativa das condutas de cada acusado. Em relatório sobre os atos antidemocráticos, as defensorias públicas da União e do Distrito Federal defendem, por exemplo, que a responsabilização coletiva é contrária ao ordenamento jurídico nacional.

A PGR disse que segue o previsto no Código de Processo Penal (CPP) e que, apesar da redação similar, cada denúncia é resultado de uma análise individualizada das provas relativas a cada denunciado. O órgão alega seguir o que a doutrina chama “imputação recíproca”, em que

os participantes de um grupo circunstancial de pessoas respondem em conjunto.

“Nesses casos, a jurisprudência admite que as petições apresentem uma narrativa genérica da participação de cada investigado”, justificou a PGR em nota publicada em março.

O órgão acrescenta ainda que os textos das denúncias trazem descritos diversos comportamentos apurados no 8 de janeiro, permitindo a elaboração adequada da defesa dos acusados.

As críticas às denúncias apresentadas até o momento levaram o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), a garantir em plenário, em março, que cada denunciado terá tratamento individualizado.

“O Supremo Tribunal Federal está analisando de forma detalhada e individualizada para que, rapidamente, aqueles que praticaram crime sejam responsabilizados nos termos da lei. Quem praticou crime mais leve terá sanção mais leve, quem praticou crime mais grave terá sanção mais grave”, disse Moraes. (Agência Brasil)

## Lula sanciona lei com medidas contra desperdício de água

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com veto, a lei que obriga concessionárias de saneamento a prevenir o desperdício de água. A norma também trata do aproveitamento da água de chuva e da chamada água cinza, aquela usadas em chuveiros, lavatórios de banheiro, tanques e máquinas de lavar roupa. A Lei nº 14.546/2023 foi publicada, na quarta-feira (5) no Diário Oficial da União.

A nova norma inclui dois artigos na Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007). Pela nova regra, é obrigação dos prestadores de serviço público de abastecimento de água corrigir as falhas da rede hidráulica para evitar vazamentos e aumentar a eficiência do sistema de distribuição. As empresas também devem fiscalizar a rede de abastecimento para coibir as ligações irregulares.

O texto também estabelece que a União deve estimular o uso das águas de chuva e a reutilização não potável das águas cinza em novas edificações e nas ati-

vidades paisagísticas, agrícolas, florestais e industriais. De acordo com a nova lei, as águas de chuva e as águas cinza precisam passar por processo de tratamento que assegure uma utilização segura.

O presidente Lula vetou um dos dispositivos do texto aprovado no Congresso Nacional no mês passado. O trecho previa que as águas de chuvas e as águas cinza só poderiam ser destinadas a “atividades menos restritivas quanto à qualidade”.

De acordo com a mensagem de veto encaminhada ao Parlamento, o presidente justifica que a medida “inviabilizaria a utilização de águas da chuva para o consumo no semiárido brasileiro e causaria insegurança hídrica para os habitantes da região, uma vez que há ampla utilização de cisternas para coleta de água da chuva e sua utilização para fins diversos, entre os quais o uso como água potável”.

O veto deve ser analisado em até 30 dias por senadores e deputados, que poderão mantê-lo ou rejeitá-lo. (Agência Brasil)

## Bolsonaro depõe à PF por três horas sobre joias sauditas

O ex-presidente Jair Bolsonaro prestou depoimento na quarta-feira (5) por cerca de três horas na sede da Polícia Federal (PF), em Brasília.

Durante o período em que ficou frente a frente com os delegados responsáveis pelo caso, Bolsonaro foi questionado sobre os kits de joias recebidos do

governo da Arábia Saudita em visita oficial ao país durante seu mandato.

O teor do depoimento está em sigilo e não foi divulgado.

Para o depoimento de Bolsonaro, a área em frente à PF foi isolada e um forte esquema de segurança foi montado com homens da corporação e da Po-

lícia Militar. Não houve manifestação de apoiadores em frente ao edifício.

A defesa de Bolsonaro informou ter devolvido, no dia 4, a terceira caixa de joias recebida da Arábia Saudita em 2019. As joias foram entregues à Caixa Econômica Federal.

Os advogados de Bolsonaro

já haviam devolvido o segundo estojo, também por ordem do TCU, que contém um relógio, uma caneta, abotoaduras, um anel e um tipo de rosário da marca suíça Chopard, avaliados em R\$ 500 mil.

As joias não foram declaradas à Receita Federal quando ingressaram no país. (Agência Brasil)

## Ministro suspende boa-fé para atestar origem do ouro vendido no Brasil

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, na noite de terça-feira (4), suspender trecho de uma lei que prevê a legalidade de presumida, sem necessidade de comprovação, do ouro vendido no Brasil, bem como a boa-fé dos compradores do metal.

Com a decisão, ele atendeu a pedido do Partido Verde (PV), feito numa ação direta de inconstitucionalidade protocolada em janeiro deste ano, após a repercussão dos graves impactos humanitários e ambientais do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

O PV argumentou que a norma, que consta no artigo 39 da Lei 12.844/2013, “inviabilizou o monitoramento privado ao desresponsabilizar o

comprador, o que incentivou o mercado ilegal, levando ao crescimento da degradação ambiental e ao aumento da violência nos municípios em que o garimpo é ilegal”.

O ministro concordou com o argumento, frisando ser “preciso que esse consórcio espúrio, formado entre garimpo ilegal e organizações criminosas, seja o quanto antes paralisado. O provimento de medida cautelar, pelo Supremo Tribunal Federal, é o meio adequado e necessário para tanto”.

Além de suspender o trecho da lei que trata do assunto, Gilmar Mendes deu 90 dias para que o governo federal adote um novo marco normativo para a fiscalização do comércio do ouro, “especialmente

quanto à verificação da origem legal” do metal.

O ministro do STF justificou a urgência da liminar (decisão provisória) ante os danos ambientais e humanitários e o aumento da criminalidade generalizada provocados pelo garimpo ilegal. Ele submeteu a decisão para referendo do plenário do STF, em plenário virtual, o mais rápido possível.

### Comércio do ouro

A decisão levou em consideração a manifestação de diversos órgãos fiscalizadores do comércio do ouro no Brasil, como Agência Nacional de Mineração (AMN) e Banco Central (BC).

O magistrado resolveu conceder a liminar poucas horas

depois do procurador-geral da República, Augusto Aras, ter se manifestado, na tarde de ontem (4), pela derrubada da norma que previa a legalidade presumida do ouro e a boa-fé dos compradores.

“As instituições compradoras (DTVMs) são as únicas que têm contato com o vendedor, e são dotadas das condições necessárias – ou podem promover ações nesse sentido – para a averiguação de possíveis irregularidades, como reforço das informações prestadas pelo Banco Central. São elas as responsáveis, com exclusividade, por fazer o ouro advindo do garimpo ingressar formalmente no mercado financeiro”, escreveu Aras em seu parecer. (Agência Brasil)

AGRO CARTOON

PICAZO



Lembre sempre de lavar as mãos